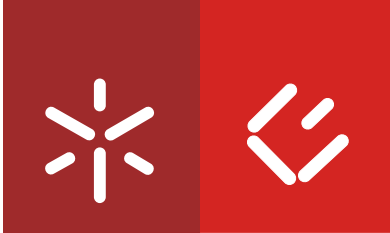




**Universidade do Minho**  
Escola de Economia e Gestão

Olinda de Freitas Lopes

**A formação superior na área da contabilidade em Portugal: estudo do período 1975-1995**



**Universidade do Minho**  
Escola de Economia e Gestão

Olinda de Freitas Lopes

**A formação superior na área da  
contabilidade em Portugal: estudo  
do período 1975-1995**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Contabilidade

Trabalho realizado sob a orientação da  
**Prof<sup>a</sup>. Doutora Filomena Antunes Brás**

Abril de 2013

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## Agradecimentos

Expresso aqui o meu agradecimento a todos quantos colaboraram, direta ou indiretamente, para a elaboração desta dissertação.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a disponibilidade demonstrada pela Prof<sup>a</sup>. Doutora Filomena Antunes Brás para a orientação deste estudo. Os meus sinceros agradecimentos pelo apoio, pelas sugestões, pelas críticas e pelo acompanhamento efetuado ao longo deste trabalho.

Em segundo lugar, quero agradecer a todas as pessoas da Direção-Geral do Ensino Superior, que amavelmente cooperaram, disponibilizando meios materiais e humanos para a realização da minha pesquisa.

Agradeço também à Universidade do Minho, pelo facto de colocar à disposição diversa bibliografia na biblioteca geral e na biblioteca da escola de educação.

Por último, agradeço ao meu marido, à minha filha, Ana Catarina, e à minha enteada, Ana Cláudia, pelo constante apoio e por toda a ajuda disponibilizada. Obrigada por me acompanharem e ajudarem a percorrer esta caminhada.

## Resumo

A área da contabilidade enquanto curso de formação superior surgiu em Portugal imediatamente a seguir ao período pós 25 de Abril. Todavia, pouco se sabe sobre este período e o que o seguiu em termos dos cursos que existiam, do nível de procura por estes cursos e instituições que forneciam tal formação. É neste contexto que é desenvolvido este trabalho.

Neste sentido, o objetivo geral é realizar um estudo exploratório da formação superior na área da contabilidade. Para isso, estudou-se o período 1975-1995. A componente empírica incidu sobre a análise de bibliografia que retratasse o contexto legal, socioeconómico e político deste período. Por isso recorreu-se à identificação e análise dos diplomas legais, de literatura sobre a educação no ensino superior em Portugal, bem como a informação disponível pela Direção-Geral do Ensino Superior.

Deste estudo exploratório ficou-se a saber do processo de evolução do ensino superior na área da contabilidade, caracterizando a procura e a oferta de cursos nesta área científica, bem como identificando potenciais pistas para investigação futura, aprofundando o estudo do ensino da contabilidade em Portugal.

Além disso, verificou-se que os cursos de contabilidade, desde 1975 e até 1988, foram ministrados quase em exclusivo pelos Institutos Superiores de Contabilidade e Administração, do Porto, Aveiro, Coimbra e Lisboa. Só a partir de 1989 é que o ensino da contabilidade se propagou aos Institutos Politécnicos de Bragança, Porto, Castelo Branco, Portalegre e Setúbal.

Durante o período analisado, os cursos da área da contabilidade aparecem ligados ao desenvolvimento económico e financeiro de Portugal e, por isso, não só houve a satisfação total da oferta como esta se expandiu.

**Palavras-chave:** Portugal, Pós 25 de Abril, Ensino Superior, Contabilidade

## Accounting Higher Education in Portugal: a study of the period 1975-1995

### Abstract

Accounting arose on higher education in Portugal just after the post-revolution. However, we don't know much about what was occurring in this period, which courses had been taught and what was the level of supply on education institutions.

The purpose of this study is to explore the higher education in accounting. For that, we have analyzed the 1975-1995 period. The empirical research was focused on bibliography that states the legal, social-economic and political context of this period. We have reviewed the legal decrees, the literature about higher education in Portugal, as well as, the data available at regulatory authority of education Direção-Geral do Ensino Superior.

On this study, we have described the evolution process of accounting higher education, highlighting the supply and demand of this knowledge area, and identifying new information for future research.

Furthermore, we have concluded that, since 1975 until 1988, the accounting degrees had been taught, almost exclusively, by *Institutos Superiores de Contabilidade of Porto, Aveiro, Coimbra and Lisboa*. After 1989, accounting higher education had been introduced by *Institutos Politécnicos of Bragança, Porto, Castelo Branco, Portalegre and Setúbal*.

During this period, the accounting higher education had been linked to financial and economic development in Portugal. So we have concluded that the supply has been satisfied and, also, has been expanded.

**Keywords:** Portugal, Post-revolution, Higher Education, Accounting,

## Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo .....	iv
Abstract .....	v
Lista de Abreviaturas .....	viii
Lista de Figuras .....	ix
Lista de Tabelas .....	x
Lista de Quadros.....	xi
1. Introdução.....	1
1.1 Justificação e objetivos deste estudo .....	2
1.2 Metodologia .....	3
2. A educação e o contexto socioeconómico e político de Portugal entre 1975 e 1995.....	5
2.1 O período da Revolução dos Cravos .....	5
2.2 A importância da expansão da rede escolar .....	8
2.3 O género dos alunos do ensino superior .....	11
2.4 A estrutura educacional portuguesa comparativamente com a de outros países.....	13
3. A profissão de contabilista e o ensino superior da contabilidade.....	14
3.1 A evolução da profissão de contabilista .....	14
3.2 Breve apresentação das Instituições de ensino superior que ministravam cursos na área da contabilidade .....	17
3.2.1 O Instituto Politécnico da Covilhã.....	18
3.2.2 O Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro .....	19
3.2.3 O Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra .....	19
3.2.4 O Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.....	20
3.2.5 O Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.....	20
3.2.6 O Instituto Politécnico de Bragança.....	21
3.2.7 O Instituto Politécnico do Porto.....	21
3.2.8 O Instituto Politécnico de Castelo Branco .....	22
3.2.9 O Instituto Politécnico de Portalegre.....	22

3.2.10	O Instituto Politécnico de Setúbal .....	22
4.	O ensino superior e os cursos na área da contabilidade - a oferta formativa.....	23
4.1	O reconhecimento dos cursos superiores na área da contabilidade .....	23
4.1.1	A criação dos <i>numerus clausus</i> .....	25
4.1.2	A fixação das vagas no ensino superior .....	26
4.1.3	Os cursos de contabilidade no ensino superior .....	29
4.1.4	As instituições de ensino superior da contabilidade .....	32
4.1.5	A evolução do ensino superior da contabilidade com a adesão de Portugal à CEE .....	34
4.2	A procura pelos cursos de contabilidade .....	35
4.2.1	A procura do ensino superior para os cursos de contabilidade .....	35
4.2.2	As médias dos colocados nos cursos de ensino superior em contabilidade.....	37
5.	Conclusões .....	41
6.	Limitações e pistas para investigação futura .....	43
	Apêndices .....	44
1.	Decretos-Lei que regularam o ensino superior da contabilidade .....	44
2.	Portarias que fixaram as vagas para o ensino superior.....	44
	Referências bibliográficas.....	46



## Lista de Abreviaturas

ATOC: Associação dos Técnicos Oficiais de Contas, 16

CEE: Comunidade Económica Europeia, 15, 34, 35

DGES: Direção-Geral do Ensino Superior, 3, 4, 12, 24, 31, 36

ISCAA: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro, 19

ISCAC: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, 19, 20, 39

ISCAL: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, 12, 20, 31, 39

ISCAP: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, 12, 20, 31, 39

ISCAs: Institutos Superiores de Contabilidade e Administração, 16, 31, 32, 33, 34, 42

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, 6, 12

PGA: Prova Geral de Acesso, 38

PMR: Projeto Regional do Mediterrâneo, 6

POC: Plano Oficial de Contabilidade, 15

## Lista de Figuras

Figura 2.2.1 - Alunos matriculados no ensino superior: total e por subsistemas.....	11
Figura 2.3.1 - Alunos matriculados no ensino superior: total e por sexo.....	12
Figura 3.2.1 - Localização geográfica (distritos) das instituições que ministravam cursos superiores em contabilidade.....	17
Figura 4.1.2.1 - Evolução do número de vagas: 1977-1995.....	29
Figura 4.2.1.1 - Candidaturas <i>versus</i> vagas a concurso.....	36
Figura 4.2.1.2 - Candidatos colocados <i>versus</i> vagas a concurso.....	37
Figura 4.2.2.1 - Evolução das classificações médias: 1989-1995.....	40

## Lista de Tabelas

Tabela 4.1.2.1 - Vagas fixadas por portaria para os cursos de contabilidade.....	28
Tabela 4.1.4.1 - Instituições de ensino superior da contabilidade.....	32
Tabela 4.2.2.1 - Classificações médias dos alunos .....	39

## Lista de Quadros

Quadro 4.1.3.1 - Cursos de contabilidade: 1975-1995.....	30
--	----

## 1. Introdução

As Universidades/Politécnicos formam capital humano com qualificações de nível superior, para dotar a sociedade de recursos intelectuais adequados para o seu desenvolvimento.

O Ministério da Educação (1971), na sua publicação Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior, salienta que as instituições de ensino superior têm como funções principais o ensino de nível mais elevado e a investigação nas diferentes áreas do conhecimento e que tais funções devem contribuir para a formação da personalidade, conduzir ao desenvolvimento do espírito científico e promover a difusão da cultura, bem como o alargamento da ciência.

A preocupação em desenvolver capital humano de qualidade também se aplica ao nível da contabilidade. De acordo com Guimarães (2007), Marquês de Pombal teve um papel importante no ensino do comércio, da escrituração e da contabilidade em Portugal, por ter criado a Aula do Comércio, sob a Junta do Comércio. Hoje, continua a ser referida como o primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional onde se lecionaram essas matérias na Europa e, segundo se consta, até mesmo no Mundo (Rodrigues, Craig, & Gomes, 2007).

Na segunda metade do século XX, o ensino superior em Portugal sofreu significativas transformações. Foi neste período que, com o Decreto-Lei nº 313/75, de 26 de junho, Portugal converteu o ensino médio em ensino superior, com o objetivo de servir os interesses do país. Como era necessária a formação de pessoas qualificadas para o desenvolvimento económico de Portugal, procedeu-se à integração dos institutos comerciais no sistema do ensino superior, sanando-se a discriminação profissional e social de que eram objeto os diplomados daqueles institutos.

Na sequência deste diploma legal, assistiu-se a uma mudança drástica no ensino superior no período pós 25 de Abril, face a este evento, torna-se importante investigar o que ocorreu em Portugal, entre 1975 e 1995, relativamente à oferta formativa de nível superior na área da contabilidade.

## 1.1 Justificação e objetivos deste estudo

A realização deste estudo deve-se não só à existência de poucos estudos que abordem o ensino superior da contabilidade, mas também ao desconhecimento de qual a sua evolução logo a seguir ao 25 de Abril. Este trabalho visa, assim, revelar a história recente sobre o ensino superior dos cursos na área da contabilidade a todos os interessados, nomeadamente, às instituições e entidades reguladoras deste nível de ensino, bem como, eventualmente, à ordem profissional que regula a profissão de contabilista.

Ao conhecermos o passado sobre a formação superior na área da contabilidade, conseguiremos compreender melhor a situação presente e também estaremos em condições de compreender o contexto do desenvolvimento económico de Portugal, face aos países europeus, e até internacionais.

Visto que se trata de um tema pouco explorado, este trabalho assume fulcral relevância. O objetivo geral desta investigação é conhecer, compreender e caracterizar empiricamente a evolução do ensino superior da contabilidade nos seus primeiros vinte anos, desde a sua ascensão ao ensino superior em 1975. O objetivo específico do estudo é identificar as instituições e cursos, bem como, as condições de acesso e a procura por este tipo de formação. Assim, esta pesquisa está focada no período compreendido entre 1975 e 1995. Neste sentido, este trabalho tem a seguinte questão de partida.

- Como evoluiu a formação superior na área da contabilidade em Portugal entre 1975 e 1995?

Esta questão desdobra-se em várias outras, às quais se procurará dar resposta:

- ✓ O que levou a formação na área da contabilidade a ascender a ensino superior?
- ✓ Quais os estabelecimentos de ensino superior que ministravam cursos de contabilidade?
- ✓ Quais as condições existentes no acesso ao ensino superior da contabilidade?
- ✓ Qual a procura para ensino superior da contabilidade?

Com este estudo, pretende-se explorar os aspetos evolutivos no ensino superior da contabilidade em Portugal, no que se refere à obtenção do grau académico - bacharelato e licenciatura.

## **1.2 Metodologia**

Face à importância subjacente de conhecer o passado, para se compreender o presente e controlar o futuro, efetua-se um estudo que se insere no âmbito da história do ensino superior, no que se refere à obtenção de grau académico na área da contabilidade.

A investigação efetuada é uma investigação qualitativa de natureza exploratória. De acordo com Major e Vieira (2009), um estudo exploratório permite ao investigador explorar as razões que justificam determinadas práticas de contabilidade. Neste caso o estudo visa compreender, interpretar e explicar qual a evolução do ensino superior da contabilidade em Portugal entre 1975 e 1995. Para isso é necessário identificar a situação institucional dos cursos de contabilidade, enquadrada no contexto socioeconómico e político da época.

O instrumento metodológico usado é o estudo de caso. Assim, em primeiro lugar definiu-se o objeto de estudo: Analisar a evolução dos cursos da área da contabilidade, cuja designação continha a palavra “Contabilidade”. Neste sentido, e ao longo do período de análise, foram identificados 16 cursos. Numa fase seguinte pretendeu-se caracterizar o contexto do ensino superior no momento da ascensão da contabilidade ao ensino superior e, conseqüentemente caracterizar o caso especial da contabilidade, em termos da sua oferta e procura.

Neste estudo, recorreu-se à revisão de livros, artigos, teses, *websites*, decretos-lei e portarias publicados em Diário da República. Para além disso, foram recolhidos dados primários junto da Direção-Geral do Ensino Superior (DGES) – número de candidatos, colocados e nota de ingresso. Para tal houve necessidade de deslocação às instalações da DGES em Lisboa, o que esta mestranda fez no dia 25 de março de 2013. Isto porque os dados pretendidos não estão disponíveis de outra forma.

Não foi possível recolher os dados referentes aos candidatos e colocados nos cursos de contabilidade, para o período 1975-1988, pelo facto de estes dados se

encontrarem guardados em foto filme. Ou seja, a listagem disponível neste formato digital continha os resultados de candidatura de todos os candidatos. Isto significaria analisar estes ficheiros que possuem cerca de 2500 páginas, com quinze candidatos por folha, por cada ano de estudo. Dado que os dados estão em foto filme, recolher informação sobre os candidatos e colocados nos cursos de contabilidade significaria que a pesquisa teria de ser feita manualmente, envolvendo potenciais riscos de erro de recolha. Além disso, só é possível realizar a pesquisa no terminal disponível pela DGES, nas suas instalações. Face à necessidade de permanência em Lisboa, os encargos financeiros envolvidos bem como a dispensa de atividade profissional tornou inviável a recolha de dados para o período 1975-1988. Em relação ao restante período, foi possível recolher os dados, uma vez que a própria DGES passou a elaborar estatísticas do processo de candidatura e respetivos resultados. Embora estes dados estivessem apenas em formato físico (papel), permitiram a recolha da informação necessária para atingir os objetivos definidos neste trabalho.

Para além da recolha manual dos dados possíveis, foram utilizados para a realização deste trabalho os seguintes programas informáticos: Microsoft Office Word, Microsoft Office Excel e Adobe Photoshop.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: no ponto um é efetuada uma breve introdução sendo descritas, a justificação e objetivos do estudo e, a metodologia utilizada; no ponto dois é relatado o contexto socioeconómico e político de Portugal entre 1975 e 1995 no âmbito da educação; no ponto três é analisada a evolução da profissão de contabilista e o ensino superior da contabilidade; no ponto quatro são apresentados os resultados obtidos em relação ao ensino superior na área da contabilidade; no ponto cinco são apresentadas as principais conclusões, e para finalizar, no ponto seis apresentam-se as limitações e pistas para investigação futura.



## **2. A educação e o contexto socioeconómico e político de Portugal entre 1975 e 1995**

Portugal assistiu a uma viragem na educação a partir de 1975, devido ao contexto socioeconómico e político que o país viveu a partir de então.

### **2.1 O período da Revolução dos Cravos**

Esta época é relatada por Carvalho (2001) como sendo um período histórico, em que o golpe militar de 25 de abril de 1974, que pôs termo ao regime de ditadura implementado em Portugal em 1926, permitiu ao povo português ter esperança no futuro, trazendo com ele, entre outras, a esperança da resolução dos problemas do ensino. Pois, no início da década de 70 Portugal deparava-se com um elevado grau de analfabetismo, e esse facto impedia o país de progredir economicamente.

Copetto (2002) analisou os diplomas legislativos e o enquadramento político no período imediato à Revolução de Abril de 1974. De acordo com o autor, este momento histórico mobilizou a população, atingindo as mais diversas áreas da vida social, com particular relevo a educação.

O Estado procurou considerar a educação como um instrumento fundamental na construção de uma sociedade democrática (Copetto, 2002). Neste sentido, a relação entre educação e democracia no processo de mobilização educativa, verificada essencialmente entre 1974 e 1976, foi procurada pelos diferentes intervenientes, no que respeita ao ensino superior, numa dimensão que visava a participação democrática na escola e no ensino educativo (Copetto, 2002). A Revolução fez ruir quase de imediato em todas as escolas universitárias o sistema autocrático de gestão que nelas vigorava. Iniciou-se, assim, um período de cerca de dois anos em que a gestão se baseou em conceitos de democracia direta. A principal preocupação deste período pós 25 de Abril, assente numa enorme vontade de libertação e mudança, consistiu na alteração das regras de gestão e formas de controlo das escolas. Primeiro, pelo Decreto-Lei nº 221/72, de 27 de maio, do Ministro Eduardo Correia, que legitimou as Comissões de Gestão. Depois, em dezembro de 1974, pelo decreto de gestão dos estabelecimentos de ensino superior, diploma este, de carácter transitório, que dissolvia os órgãos de decisão, transferindo os poderes que lhes competiam para os

reitores, uma vez que continuavam a ser cargos de confiança política e, como tal, a serem nomeados pelo Governo. Só em julho do ano seguinte, surgiu a lei que aprovava as bases programáticas para a reforma do ensino superior, demonstrando essa postura ao declarar que à medida que o povo português foi avançando na via do socialismo, fez-se sentir uma maior necessidade de controlo democrático sobre todo o sistema de produção material e cultural, de modo a fazê-lo funcionar plenamente ao serviço da revolução socialista (Copetto, 2002).

Amaral, Correia, Magalhães, Rosa, Santiago e Teixeira (2000) explicam que, em 1973, o Ministro da Educação, Veiga Simão, apresentou uma reforma do ensino superior que, pela primeira vez, criou formalmente em Portugal um sistema binário, inspirado, por um lado, na teoria do capital humano e, por outro, legitimado pelos relatórios e sugestões da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). O Ministro expandiu e diversificou o sistema de ensino superior, quer a nível geográfico, quer a nível institucional. O relatório “Projeto Regional do Mediterrâneo” (PMR), da OCDE, tornou-se, a partir dos anos 60, um guia político para a educação. A reforma de Veiga Simão tinha como principal preocupação o desenvolvimento económico, visava a utilização de todos os recursos, incluindo os humanos, para a obtenção de uma aproximação aos padrões de desenvolvimento que a Europa Ocidental já havia atingido algumas décadas antes.

Os programas da natureza do PMR permitiram elaborar e aperfeiçoar os modelos e os métodos necessários à estimativa das necessidades de mão-de-obra, com vista a fornecer aos técnicos do planeamento e aos responsáveis pela política de educação um conjunto mais completo de instrumentos eficazes.

A situação na educação registou uma viragem positiva a partir da década de 60, por via do alargamento do sistema educativo. A “Reforma Veiga Simão”, em 1973, veio acelerar o processo de mudança, caracterizado pela expansão do ensino superior. Foi no ensino superior que se verificaram as maiores taxas de crescimento anual. Em 1926, havia em Portugal pouco mais de 4000 alunos no ensino superior oficial, correspondendo a cerca de 0,06%, da população total residente. Esse número aumentou cerca de dezasseis vezes, ao fim de cinquenta anos, e quase cinquenta vezes até janeiro de 1995 (Silva, 2009).

A importância da “Reforma Veiga Simão” tornou-se ainda mais clara aquando da comunicação feita ao país, em 6 de janeiro de 1971, pelo ministro da educação, Prof. José Veiga Simão. No decurso da sua alocução, Veiga Simão apresentou as linhas gerais da sua reforma do ensino para Portugal, (Stoer, 1983). No ensino superior as principais alterações verificavam-se ao nível das condições de acesso, com a preocupação subjacente de obtenção de mão-de-obra especializada, necessária ao desenvolvimento económico do país.

O Instituto Politécnico de Leiria (2000), na sua publicação “Ensino Superior Politécnico: algumas reflexões” refere que o 25 de Abril veio adiar a chamada “Reforma Veiga Simão”. Salienta também que os cursos de curta duração foram criados em 1977, através do Decreto-Lei nº 427-B, de 14 de outubro, que instituiu o ensino superior de curta duração e criou as Escolas Superiores Técnicas, que eram escolas de ensino superior de natureza essencialmente prática, voltadas para a formação de técnicos qualificados de nível superior intermédio, com um estatuto próprio e uma dignificação profissional.

A Revolução de 1974 deu, assim, origem a um clima revolucionário e socialista que permeou tanto as políticas governamentais como as instituições (Amaral, et al., 2000). O período revolucionário foi caracterizado por uma abertura total do sistema de ensino superior a todos os cidadãos que desejassem matricular-se, sendo o papel da educação em geral um dos apoios fundamentais para impulsionar o desenvolvimento económico, bem como um meio de transição para uma nova sociedade e um novo humanismo. Apesar desta preocupação económica subjacente, o objetivo político dominante durante os anos revolucionários era ideológico, tendo como objetivo a transformação completa de um sistema educativo manchado pelo regime ditatorial anterior (Amaral, et al., 2000).

De facto, o desenvolvimento do ensino superior em Portugal é inseparável dos acontecimentos ocorridos entre 1974 e 1976 (Neave & Amaral, 2012). A universidade da Revolução foi radical, liberal e durou pouco tempo, mas a influência da Esquerda na elaboração da Constituição de 1976 e a manifestação de certos princípios consagrados na Constituição - autonomia da Universidade, participação, democracia, controlo da

qualidade no acesso ao ensino superior - permaneceram ao longo das duas décadas seguintes.

O ensino superior impulsionou a nação durante um quarto de século, tendo atingido a categoria de ensino de escala. Enquanto na Europa Ocidental a evolução do ensino superior teve duas fases: a primeira, com início em meados dos anos 60 e com duração até meados dos anos 70, e a segunda, iniciando-se em meados dos anos 80, Portugal viu a expansão cingir-se a uma única fase, cujo início se deu na década de 70 e persistiu até ao virar do milénio (Neave & Amaral, 2012).

## **2.2 A importância da expansão da rede escolar**

Neave (2001) caracteriza o ensino superior na Europa Ocidental, entre 1985 e 1995, como um período interessante, onde se procurou administrar o ensino superior de modo a satisfazer as necessidades da sociedade, sob uma enorme influência norte americana.

De acordo com Amorim (1994) o aparecimento do ensino politécnico representou um passo importante no desenvolvimento do ensino superior. De acordo com Arroiteia (1996), ao ensino politécnico competia proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole técnica e prática e suas aplicações com vista ao exercício de atividades profissionais.

Um dos fatores relevantes na procura do ensino superior foi a expansão da rede escolar. Assim, Seixas (2003) refere que o alargamento da rede escolar, primeiro do ensino primário e técnico, depois do ensino liceal, secundário e superior, contribuiu de forma decisiva para o aumento das taxas de escolarização. Para além da expansão da rede escolar e do prolongamento da escolaridade obrigatória, a política educativa dos anos 70, com a unificação do secundário, aproximou-se nitidamente de um sistema de competição, o que favoreceu um aumento das aspirações sociais dos jovens e consequentemente a um ascenso da procura de formação superior. A organização do ensino secundário constituiu uma variável importante para a explicação da procura pelo ensino superior.

Segundo Seixas (2003), na década de 40 já se assistia a um aumento da população inscrita no ensino superior, mas é durante a década de 60 que se verifica um dos maiores ritmos de afluência, atingindo uma taxa de crescimento de 104,8%. A abertura do ensino superior português prolongou-se até meados da década de 70, verificando-se uma verdadeira explosão de estudantes entre os anos letivos de 1974/75 e 1976/77, com um acréscimo percentual de 51,4%.

De acordo com Simões (2006), em abril de 1974 registava-se um elevado nível de analfabetismo e a participação no ensino superior era de apenas 6 a 7% dos jovens na faixa etária dos 18 aos 24 anos, sendo, deste modo, o nível de educação em Portugal extremamente baixo.

A alteração na estrutura económica e social, o prolongamento da escolaridade obrigatória, o aumento das taxas de escolarização no ensino secundário, bem como as ótimas oportunidades no mercado de trabalho dos diplomados do ensino superior, foram alguns dos fatores explicativos do ascenso da procura por formação superior (Seixas, 2003).

O crescimento considerável de estudantes entre 1974/75 e 1976/77 não só resultou de um contínuo aumento da procura de formação, mas também das passagens administrativas no ensino secundário em 1974, da entrada em funcionamento de novas Universidades e da transformação das antigas escolas técnicas de ensino médio em escolas de ensino superior (Seixas, 2003).

Martins, Mauritti e Costa (2005) afirmam que, entre 1975 e 2005, a frequência no ensino superior conheceu uma clara abertura. A década de 80 foi aquela em que o sentido desse crescimento, sustentado quer pelo setor público, quer pelo privado, deu sinais mais expressivos de que se tratava, ao nível das perspetivas políticas e das expectativas sociais, de um processo sem retorno. No entanto, e apesar de num período alargado se verificar um aumento contínuo, a distância existente face a uma Europa mais qualificada era ainda relevante, devendo-se tanto a um abrandamento desse crescimento na década de 90, como ao grande atraso da estrutura de qualificações de que se partiu na transição para a democracia.

Seixas (2003) distingue dois períodos na evolução do acesso ao ensino superior português: um período, de 1977/78 até 1987/88, marcado pela limitação ao acesso a este nível de ensino e conseqüente estagnação; outro período, englobando os anos finais da década de 80 e os anos de 90, com a aparecimento de um ensino superior de massas, associada a uma diversificação e importantes mudanças qualitativas no campo da formação superior.

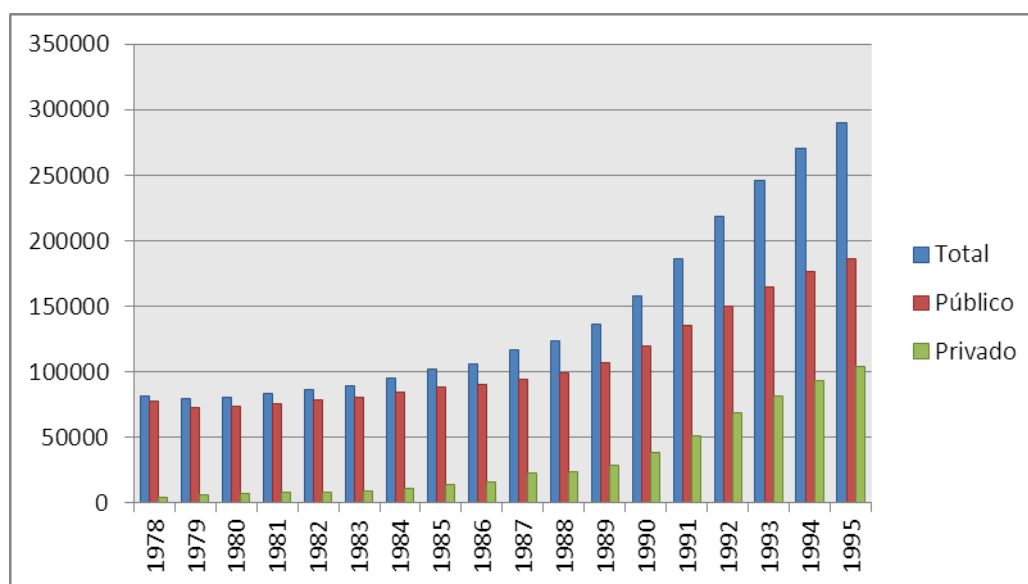
Pereira (2002) analisou a evolução do ingresso no ensino superior e a forma como se distribuíam os candidatos. Observou dois períodos distintos: de 1990/91 a 1996/97 e de 1997/98 a 2000/01. No primeiro período ocorreu o grande *boom* do ensino superior, tendo o número de alunos inscritos aumentado em 87%, ao passo que, no segundo período, o crescimento apenas atingiu os 9%.

O subsistema privado cresceu de uma forma desmesurada, fazendo surgir sérias dúvidas acerca da qualidade do ensino e da investigação que aí aconteceria. Por outro lado, nas instituições públicas, a crescente massificação colocava também a questão da qualidade na primeira linha da discussão política, tornando-se mesmo um tema-chave para a gestão e condução política do sistema (Magalhães, 2004).

De acordo com Magalhães (2004), até ao final dos anos 90 a autonomia institucional foi sendo consolidada e mesmo até desenvolvida, mas a questão que entretanto foi assumindo clara centralidade foi a da qualidade.

O Gráfico apresentado na figura 2.2.1 representa o período entre 1978 e 1995, mostrando, no total e subdivididos por subsistemas, os alunos matriculados no ensino superior em Portugal.

**Figura 2.2.1 - Alunos matriculados no ensino superior: total e por subsistemas**



Fonte de dados: GPEARI/MCTES – DIMAS/RAIDES

A liberalização do acesso ao ensino no último quarto do século XX estendeu-se também ao ensino superior, permitindo que alguns alunos provenientes das mais variadas origens geográficas e sociais pudessem aceder a este nível de ensino, restrito até então a pessoas de estratos sociais mais elevados. Tal facto foi igualmente possível pelo aparecimento e expansão de novas instituições de ensino privado e público (Pinto, 2012).

### **2.3 O género dos alunos do ensino superior**

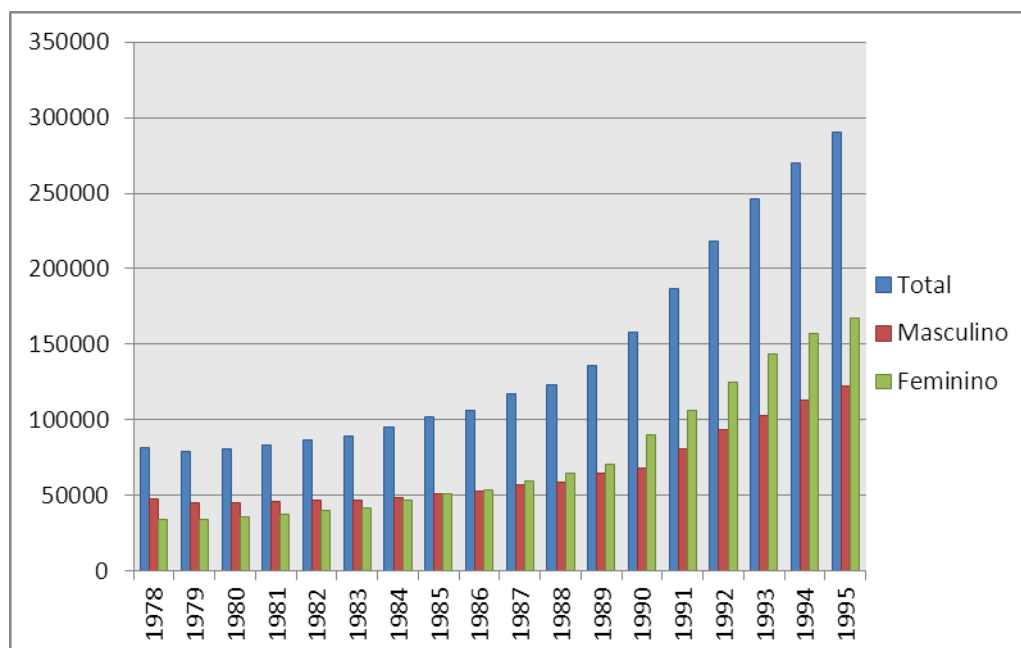
O género é das variáveis mais estudadas ao nível dos alunos do ensino superior. Da literatura, verifica-se que, Saavedra, Almeida, Gonçalves e Soares (2004) concluíram que o género tem um peso considerável no que toca ao curso escolhido, podendo-se verificar, quando se considera a categoria feminina e masculina como um todo, a manutenção dos estereótipos de género associados aos cursos. Assim, as raparigas encontram-se predominantemente distribuídas pelas letras e ensino e os rapazes pelas ciências, engenharias e tecnologias em geral. Se é verdade que as barreiras e as diferenças diminuíram ou se esbateram nas décadas de 80 e 90, também não é menos verdade que algumas desigualdades e distinções subsistem, em várias vertentes, no que ao género e à origem social se refere.

Quanto ao género, no ensino superior da contabilidade, não foi possível demonstrar se havia um maior número de homens ou de mulheres nos cursos de

contabilidade, visto que essa informação não estava disponível na DGES, para o período de tempo estudado.

O gráfico apresentado na figura 2.3.1 representa o período entre 1978 e 1995, onde estão enunciados, no total e subdivididos por sexo, os alunos matriculados no ensino superior.

**Figura 2.3.1 - Alunos matriculados no ensino superior: total e por sexo**



Fonte de dados: GPEAR/MCTES – DIMAS/RAIDES

A partir do ano letivo de 1992/93, o ensino superior da contabilidade no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL) passou a ser lecionado em regime diurno e noturno, o que aconteceu também no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP) a partir do ano letivo de 1995/96. De acordo com Almeida, Costa, Alves, Gonçalves e Araújo (2012), os alunos mais velhos, do ensino superior politécnico e do regime noturno, apresentam expectativas mais elevadas quanto à obtenção do grau académico, face aos seus colegas mais jovens.

Ultrapassada a fase de expansão de oferta de ensino superior em Portugal, as instituições e a sociedade passaram a estar mais preocupadas com a qualidade da formação auferida pelos estudantes no seu percurso académico (Almeida, et al., 2012).



## **2.4 A estrutura educacional portuguesa comparativamente com a de outros países**

De acordo com Alves, Centeno e Novo (2010), a educação assume um papel fulcral no processo de desenvolvimento económico e social moderno. O crescimento económico sustentável nas economias desenvolvidas requer uma população de trabalhadores, empresários e gestores com um elevado nível de escolaridade. Apenas desta forma se potencia a criação e adoção de novas ideias. Ao longo do século XX, o crescimento económico português foi relativamente contínuo, se bem que de forma mais consistente depois da década de 50, mas o seu desenvolvimento educacional foi muito descontínuo. Ao longo de mais de dois terços do século XX, o nível educativo mediano dos portugueses não foi além de quatro anos de escolaridade. Apesar dos progressos registados na década de 70, a estrutura educacional em Portugal permanecia muito frágil, quando comparada com a das restantes economias avançadas. Este facto constituiu um entrave ao crescimento da economia portuguesa.

Entre vários países, destacam-se os Estados Unidos da América, que lideraram ao longo do século XX a promoção da educação generalizada a toda a população (Alves, et al., 2010). Mais recentemente, alguns países realizaram progressos assinaláveis no domínio educativo, como por exemplo o Japão e a Irlanda, que tinham no final da primeira década do século XXI níveis de escolaridade bastante elevados. O resultado desses investimentos, individuais e coletivos, foi a criação de uma vantagem competitiva na área da inovação e um forte crescimento económico (Alves, et al., 2010). Em contraste, Portugal iniciou o Século do Capital Humano, como é designado o século XX, com uma redução do número de anos de escolaridade obrigatória, de cinco em 1919, para três em 1930. Esta situação perdurou durante mais de 30 anos e Portugal entrou no último quarto do século com a população ativa menos escolarizada de entre todos os países da OCDE (Alves, et al., 2010).

Portugal não seguiu os modelos adotados em outros países, como os Estados Unidos da América, líderes mundiais na educação, o que se traduziu na não realização de progressos no âmbito educativo, tendo atravessado a maior parte do século XX com taxas de escolarização muito abaixo do que seria necessário para o seu desenvolvimento económico (Alves, et al., 2010).

### **3. A profissão de contabilista e o ensino superior da contabilidade**

O ensino superior da contabilidade tem como principal objetivo formar recursos humanos aptos para o exercício da profissão de contabilista. Por isso, torna-se importante analisar a evolução da profissão paralelamente à evolução do ensino superior desta área científica.

#### **3.1 A evolução da profissão de contabilista**

Guimarães (2007) com a publicação do seu livro “Técnicos oficiais de contas: história da profissão e do associativismo” e também Guimarães (2009) com a edição do livro “ A Profissão, as Associações e as Revistas de Contabilidade em Portugal”, sintetizou a história da contabilidade e da profissão, de onde se retira e enumera alguns dos acontecimentos mais importantes.

O terramoto de 1755, em Lisboa, destruiu muitos dos registos comerciais. A criação da Junta do Comércio pelo Marquês de Pombal impulsionou a atividade comercial e industrial, tendo-se verificado uma melhoria no ensino do comércio.

Em 1759, foi criada a Aula do Comércio, tendo sido este o primeiro estabelecimento criado oficialmente em Portugal para o ensino da contabilidade e o primeiro a fazer referência à profissão de “guarda-livros”. Em 1770, surgiu a primeira regulamentação da profissão contabilística, que obrigava os “guarda-livros” a inscreverem-se na Junta de Comércio e a serem graduados pela Aula do Comércio.

Depois da Implantação da República, em 1910, e da aprovação da Constituição, Portugal implementou medidas para se tornar um Estado moderno e republicano, tentando reestabelecer a economia.

Em 1928, foi constituída a Associação dos Contabilistas e Guarda-Livros do Norte de Portugal, que se extinguiu em 1934, dando lugar ao Sindicato Nacional dos Contabilistas e Guarda-Livros do Distrito do Porto. Com a nova Constituição da República, foram implementadas medidas para controlar a economia, e estabelecida uma comissão para estudar e regulamentar a profissão de guarda-livros e contabilistas, passando a ser obrigatório possuírem carteira profissional.

Em 1945, foi constituída a Sociedade Portuguesa de Contabilidade, que teve uma atividade relevante até ao fim da década de 80. Entretanto o Decreto-Lei nº

45103, de 1 de julho de 1963, introduziu o Código de Contribuição Industrial, que exigia a tributação baseada no lucro real das empresas. Surgiu então a necessidade de uma contabilidade mais rigorosa, a ser executada por técnicos de contas.

Logo após a Revolução dos Cravos, a Secretaria de Estado do Orçamento, do Ministério das Finanças do 1º Governo pós 25 de Abril, nomeou, em novembro de 1977, e por despacho do Secretário de Estado do Orçamento de 27 de fevereiro de 1975, uma Comissão para o estudo de normalização contabilística das empresas. Esta comissão pode ser considerada o embrião da Comissão de Normalização Contabilística (Guimarães, 2009).

Em 1975, foi constituída a Associação Portuguesa de Contabilistas, que teve um papel importante na elevação do ensino da contabilidade a ensino superior, verificada através do Decreto-Lei nº 313/75, de 26 de junho. A transformação dos Institutos Comerciais em Escolas Superiores possibilitou aos diplomados destes Institutos serem equiparados a bacharéis, visto que, depois de cumprirem um programa de estudos correspondente, na prática, a um bacharelato, não tinham reconhecimento a este grau académico.

Em 1977, foi publicado o Plano Oficial de Contabilidade (POC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 47/77, de 7 de fevereiro, passando a ser obrigatória a aplicação do POC a todas as empresas, exceto a banca, empresas de seguros e entidades públicas. Foram também constituídas a Câmara dos Técnicos de Contas e a Associação Portuguesa dos Técnicos de Contas, que se pautavam pelo profissionalismo e respeito pelos técnicos de contas (Guimarães, 2007).

Já em 1976 a Portaria nº 420/76, de 14 de julho, tinha fixado as condições de acesso à profissão, revistas pela Portaria nº 319/86, de 25 de junho. Esta portaria foi importante visto que, pela primeira vez, os técnicos de contas foram reconhecidos como interlocutores privilegiados entre os contribuintes e a Administração Fiscal. Com a sua publicação foram definidas as condições de inscrição dos técnicos de contas, observando-se os seguintes requisitos: ser maior de 21 anos; não ter sido condenado por crime; possuir idoneidade moral e profissional; possuir uma das habilitações indispensáveis para a inscrição como técnico de contas (Licenciatura ou Bacharelato, conferidos por estabelecimentos oficiais de ensino superior, em Administração e

Contabilidade, Administração e Gestão de Empresas, Contabilidade e Administração, Economia, Finanças, Gestão de Empresas, Organização e Gestão de Empresas. Permitia ainda, o acesso a esta inscrição, a licenciatura em qualquer das secções do extinto Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, curso dos extintos institutos superiores de comércio, ou de contabilista dos extintos institutos comerciais ou do Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército e também o Curso Complementar de Contabilidade e Administração das escolas do ensino secundário e técnico).

Em 1986, Portugal aderiu à Comunidade Económica Europeia (CEE), o que implicou a adoção de algumas diretivas europeias e alterações no POC. Foi também introduzido o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado e aprovado o Código das Sociedades Comerciais. Nesse ano, pela primeira vez, foi reconhecido através do Acórdão nº 282/86 que os Técnicos de Contas exerciam uma função de interesse público, sujeita a uma certa disciplina pública, tornando-os, à lei, corresponsáveis pelo cumprimento de algumas obrigações fiscais importantes. Como os técnicos de contas não estavam organizados em associação pública, à qual o Estado pudesse devolver o poder disciplinar profissional, teve de ser a própria Administração Fiscal a exercer esse poder disciplinar.

Naquele ano iniciaram os Cursos de Estudos Superiores de Especialização nos Institutos Superiores de Contabilidade e Administração (ISCAs). Até 1986 os cursos de contabilidade conferiam o grau de bacharelato, a partir daí passaram a licenciatura (Guimarães, 2007).

Em setembro de 1994, deu-se o arranque do Mestrado em Contabilidade e Finanças Empresariais na Universidade Aberta, tendo sido o primeiro na área da Contabilidade (Guimarães, 2007).

Com o Decreto-Lei nº 265/95, de 17 de outubro, foi criada a Associação dos Técnicos Oficiais de Contas (ATOC) e o Estatuto Profissional dos Técnicos Oficiais de Contas. As empresas tributadas de acordo com os lucros reais passaram a ter de designar um Técnico Oficial de Contas, que era obrigado a estar inscrito na ATOC para exercer a profissão.

### 3.2 Breve apresentação das Instituições de ensino superior que ministravam cursos na área da contabilidade

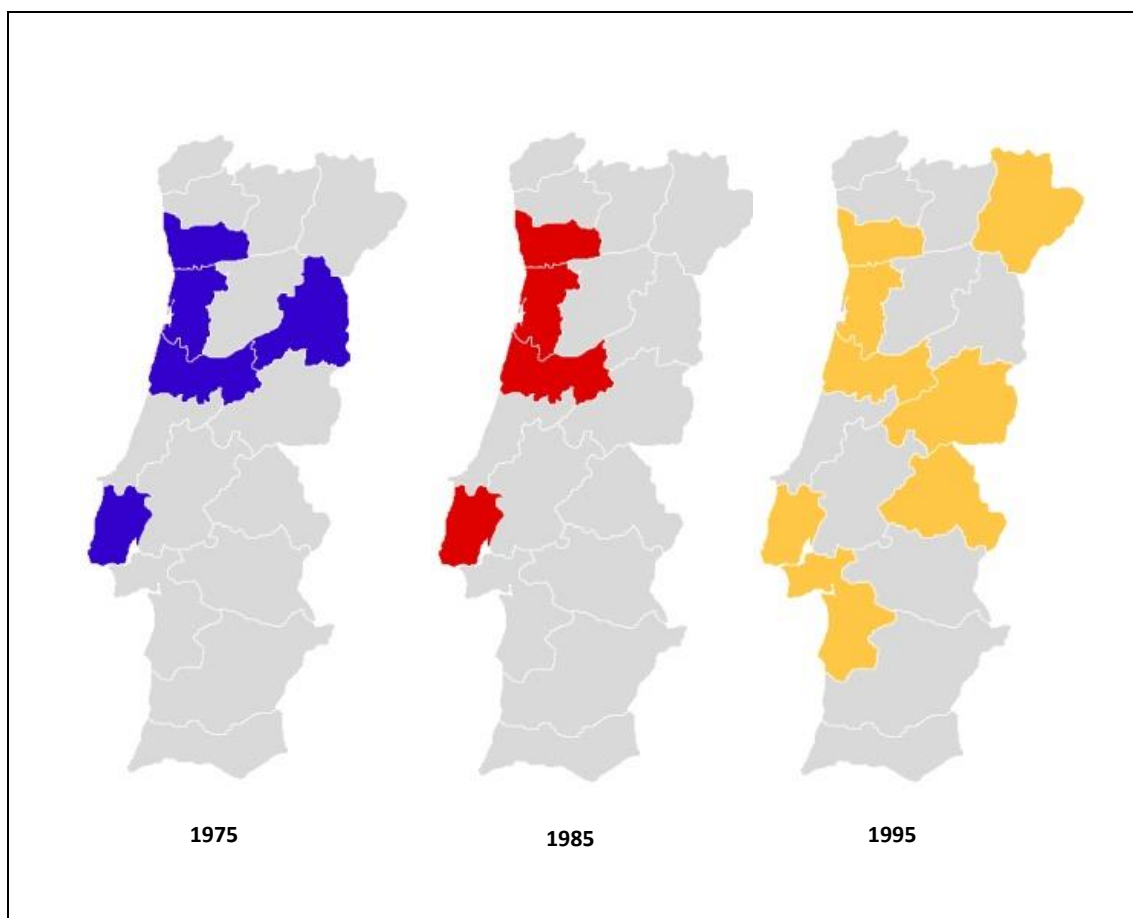


Figura 3.2.1 - Localização geográfica (distritos) das instituições que ministravam cursos superiores em contabilidade

A figura 3.2.1 ilustra, na primeira imagem, os distritos portugueses onde se localizavam as instituições de ensino superior existentes em 1975, e que ofereciam cursos de contabilidade, sendo elas: o Instituto Politécnico da Covilhã, no distrito da Guarda; os Institutos Superiores de Contabilidade e Administração, nos distritos de Aveiro, Coimbra, Lisboa e Porto. Nesta altura, com a exceção do distrito da Guarda, localizado no interior, o ensino superior da contabilidade estava centrado em distritos localizados no litoral do país.

Na segunda imagem estão ilustrados os distritos portugueses onde se localizavam as instituições de ensino superior existentes em 1985, e que ofereciam cursos de contabilidade, sendo elas: os Institutos Superiores de Contabilidade e Administração, nos distritos de Aveiro, Coimbra, Lisboa e Porto. Tal como é possível

observar pela comparação entre 1975 e 1985, com a extinção do curso de Administração e Contabilidade a partir de 1977 no Instituto Politécnico da Covilhã, o ensino superior da contabilidade, em 1985, estava centralizado exclusivamente no litoral. A extinção deste curso pode ser explicada pela ausência de procura (como se explica mais à frente neste trabalho) e esta poderá estar relacionada com o baixo desenvolvimento económico do interior do país.

A terceira imagem mostra os distritos portugueses onde se localizavam as instituições de ensino superior existentes em 1995, e que ofereciam cursos de contabilidade, sendo elas: os Institutos Superiores de Contabilidade e Administração, nos distritos de Aveiro, Coimbra, Lisboa e Porto; a Escola Superior Agrária e as Escolas Superiores de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Bragança, em Bragança e em Mirandela, no distrito de Bragança; as Escolas Superiores de Estudos Industriais e de Gestão do Instituto Politécnico do Porto, em Vila do Conde e na Póvoa de Varzim, no distrito do Porto; a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Castelo Branco, em Idanha-a-Nova, no distrito de Castelo Branco; a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Portalegre, no distrito de Portalegre, e a Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal, no distrito de Setúbal. De realçar a alteração profunda da influência geográfica, havendo expansão para o interior de Portugal, na medida em que a existência de instituições de ensino superior constitui um polo do próprio desenvolvimento económico.

Todavia, é de salientar que muito embora os institutos estivessem distribuídos um pouco por todo o país, localizavam-se essencialmente no litoral. Assim, o maior número de cursos era lecionado nesses estabelecimentos de ensino.

De seguida, procede-se a uma apresentação sucinta destas instituições, dada a sua relevância para o tema em estudo.

### **3.2.1 O Instituto Politécnico da Covilhã**

Conforme consta no *site* da Universidade da Beira Interior, em 1973, numa época em que a cidade foi atingida por uma crise ao nível da indústria com consequências sociais e económicas desastrosas para a região, nasceu o Instituto Politécnico da Covilhã. Foi neste panorama que surgiu a ideia de criar na região uma instituição de ensino superior, de forma a facultar aos seus naturais a possibilidade de

prosseguirem os estudos pós-secundários sem que, para isso, tivessem de se deslocar para outros pontos do país, a maioria das vezes a título definitivo. Assim, na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 402/73, de 11 de agosto, foi criado o Instituto Politécnico da Covilhã.

Em 1975, esta escola recebeu os seus primeiros alunos no curso de Administração e Contabilidade. No entanto, no ano letivo de 1977/78 foi a última vez que funcionou este curso, tendo deixado de ser ministrado a partir de então devido à reduzida procura.

Em julho de 1979, seis anos após o seu nascimento, a instituição converteu-se em Instituto Universitário da Beira Interior, pela Lei nº 44/79, de 11 de setembro.

### **3.2.2 O Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro**

O Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro (ISCAA) teve a sua origem no ano letivo 1965/66, com a criação da Escola Média de Comércio de Aveiro.

Em 1973, nasceu o Instituto Comercial de Aveiro que, em 1975, pelo Decreto-Lei 313/75, de 26 de junho, passou a conferir o grau de bacharel. Já em 1976, pelo Decreto-Lei 327/76, de 6 de maio, passou a instituição de ensino superior, com a designação de Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro, ministrando o curso de Contabilidade e Administração.

### **3.2.3 O Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra**

O Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC) encetou os seus primeiros passos ao ministrar o Curso de Contabilidade e Administração, no ano letivo de 1972/73, com a denominação de Instituto Industrial e Comercial de Coimbra.

O Decreto-Lei 313/75, de 26 de junho, viria a colocar o Instituto Industrial e Comercial de Coimbra na dependência da Direção-Geral do Ensino Superior. Com a entrada em vigor do Decreto-Lei 327/76, de 6 de maio, este instituto deu lugar ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

O ISCAC foi posteriormente integrado no Politécnico de Coimbra, pelo Decreto-Lei nº 70/88, de 3 de março.

### **3.2.4 O Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa**

O Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa tem uma longa história. A seguir à implementação da República, o Instituto Industrial e Comércio de Lisboa foi desdobrado em duas escolas autónomas: o Instituto Superior Técnico e o Instituto Superior de Comércio.

Em 1918, o ensino da contabilidade passa a ser ministrado no Instituto Comercial de Lisboa, passando então a formar técnicos contabilistas.

Em 1976, o Instituto Comercial de Lisboa foi transformado em Instituto Superior de Contabilidade e Administração, onde era ministrado o curso de Contabilidade e Administração. Assim, passou a poder conferir o grau de bacharel e, alguns anos depois, o grau de licenciado, com a publicação do Decreto-Lei n.º 443/85, de 24 de outubro, que autorizou a criação de Cursos de Estudos Superiores Especializados.

Em 1988, através do Decreto-Lei nº 70/88, de 3 de março, o ISCAL foi integrado no ensino superior politécnico.

### **3.2.5 O Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto**

O ISCAP foi criado pelo Decreto-lei nº 327/76, de 6 de maio, embora as suas raízes sejam bem mais longínquas. De facto, foi em 1886 que o Instituto Industrial do Porto foi fundado pelo então ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria Emídio Navarro, sendo lançadas as bases teóricas da organização do ensino industrial e comercial do nosso país.

No ano letivo de 1975/76, o ISCAP passou a ministrar, ao abrigo do Decreto-Lei nº 313/75, de 26 de junho, o curso de Contabilidade e Administração, que conferia aos diplomados o grau de bacharel.



### **3.2.6 O Instituto Politécnico de Bragança**

O Instituto Politécnico de Bragança, no período compreendido entre 1975 e 1995, teve três escolas a ministrar o curso de Contabilidade e Administração.

A instalação da Escola Superior Agrária de Bragança deu-se em 1983, tendo iniciado as suas atividades letivas no ano letivo de 1986/87. Em 1989, foram fixadas as primeiras vagas para o curso de Contabilidade e Administração.

A Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Bragança, criada em 1990, desenvolveu a sua missão de formação e de investigação nas áreas da engenharia e das ciências empresariais. Em 1994, foram fixadas pela primeira vez 50 vagas para o curso de Contabilidade e Administração.

A Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela é uma unidade orgânica desconcentrada do Instituto Politécnico de Bragança, localizada na cidade de Mirandela, bem no centro geográfico da região de Trás-os-Montes e Alto Douro. Esta escola surgiu, inicialmente, como um polo da Escola Superior de Tecnologia e de Gestão de Bragança. Três anos mais tarde adotou uma estrutura autónoma, assumindo o nome de Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela. Desde então, refere o *site* do Instituto Politécnico de Bragança, foi entendido que, apesar da pouca distância que separa estas duas escolas, a de Mirandela deveria evoluir de forma independente, com uma identidade e competências que a distinguisse no seio do Instituto Politécnico de Bragança.

Em 1995, pela primeira vez, foram atribuídas 50 vagas, para o curso Contabilidade e Administração da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela.

### **3.2.7 O Instituto Politécnico do Porto**

O Instituto Politécnico do Porto foi criado em 1985 e resultou do relançamento do Ensino Superior Politécnico em Portugal, iniciado em 1979.

Em 1990, foi criada a Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão, em Vila do Conde e Póvoa do Varzim, e teve início o curso de bacharelato em Contabilidade e Gestão.

Em 1994, deu-se a criação e início do Curso de Estudos Superiores Especializados em Contabilidade e Gestão.

### **3.2.8 O Instituto Politécnico de Castelo Branco**

A Escola Superior de Tecnologias e Gestão do Instituto Politécnico de Castelo Branco, em Idanha-a-Nova, foi criada através do Decreto-Lei nº 355/90, de 10 de novembro. Iniciou as suas atividades em outubro de 1991, com os cursos de “Contabilidade e Gestão Financeira” e “Contabilidade e Gestão de Pessoal”.

### **3.2.9 O Instituto Politécnico de Portalegre**

O Instituto Politécnico de Portalegre é uma instituição pública de Ensino Superior, criada legalmente em 1980. Porém, apenas em 1989, iniciou o seu funcionamento, com a nomeação do Presidente da primeira comissão instaladora.

A Escola Superior de Tecnologia e Gestão iniciou também as suas atividades nesse ano. No entanto, só em 1992 é que teve início o curso de Contabilidade.

### **3.2.10 O Instituto Politécnico de Setúbal**

O Instituto Politécnico de Setúbal foi criado em 1979 e iniciou as suas atividades em 1981.

A Escola de Tecnologias de Setúbal foi formalmente criada a 26 de dezembro de 1979 e iniciou a sua atividade no ano letivo 1988/89, com o objetivo de formar técnicos qualificados de nível superior intermédio.

A Escola Superior de Ciências Empresariais, do Instituto Politécnico de Setúbal, foi criada em 1994 e aí, no ano letivo 1995/96, começou a ser ministrado o Curso de Contabilidade e Finanças.

## **4. O ensino superior e os cursos na área da contabilidade - a oferta formativa**

Este estudo centra-se num período histórico para Portugal, em que a educação foi encarada como um marco a atingir (Copetto, 2002). Neste sentido, visa entender como evoluiu o ensino superior em Portugal, com especial enfoque nos cursos da área da contabilidade.

### **4.1 O reconhecimento dos cursos superiores na área da contabilidade**

A revolução de 25 de abril de 1974 trouxe um clima revolucionário e socialista a Portugal, contexto em que o Partido Comunista Português e a esquerda política em geral desempenharam um papel central. As políticas para a educação ecoaram, pelo menos, até 1976, a procura fervente da instauração de um sistema igualitário, interpretado simultaneamente como condição e instrumento essencial para o objetivo da emancipação social e económica (Magalhães, 2004).

A partir de 1975 foi criada a possibilidade de democratização da nossa sociedade, abolindo-se algumas discriminações existentes no acesso ao ensino superior. As condições que permitiram a formação de técnicos qualificados verificaram-se com a conversão dos Institutos Comerciais em Escolas Superiores, pois não se justificava a discriminação profissional e social de que eram objeto os diplomados daqueles Institutos, que depois de cumprirem um programa de estudos que na prática correspondia a um bacharelato, não tinham acesso a este grau académico (Amaral, et al., 2000).

Essa situação foi alterada pelo Decreto-Lei nº 313/75, de 26 de junho, que converteu o ensino médio em ensino superior com o objetivo de servir os interesses do país. Com este diploma, foram criadas condições que permitiram a formação de técnicos qualificados necessários ao então estágio de desenvolvimento económico e social vivido em Portugal.

De acordo com o mesmo Decreto-Lei, com a conversão dos Institutos Comerciais cumpriu-se o objetivo de formação de técnicos qualificados e úteis ao país. Foram elaborados cuidadosamente novos planos de estudo, planos esses perfeitamente integrados nos planos globais da ação educativa do ensino superior.

Refere ainda o Decreto-Lei nº 313/75, de 26 de junho, que enquanto não foi regulamentada a integração definitiva dos Institutos Comerciais no sistema do ensino superior, se criou um regime transitório para resolver o problema da desigualdade dos diplomados daqueles Institutos. Assim, aqueles diplomados foram equiparados a bacharéis.

Durante o processo de transformação no ensino superior, surgiram modificações na dependência administrativa dos Institutos Comerciais. O Governo decretou que os Institutos Comerciais de Lisboa, Porto e Coimbra passassem a depender da DGES, também se aplicando à secção de Aveiro do Instituto Comercial do Porto, que passou a designar-se Instituto Comercial de Aveiro. Até à definitiva conversão do Instituto Comercial de Aveiro em estabelecimento de ensino superior, manteve-se a situação administrativa do seu pessoal em relação ao Instituto Comercial do Porto.

Na sequência do Decreto-Lei nº 313/75, de 26 de junho, que equiparou a bacharéis os diplomados pelos Institutos Comerciais, instituindo nestas escolas um regime transitório, veio o Decreto-Lei nº 327/76, de 6 de maio, converter esses Institutos em Escolas Superiores, que passaram a designar-se Institutos Superiores de Contabilidade e Administração.

De acordo com o Decreto-Lei nº 327/76, de 6 de maio, pretendeu-se criar e desenvolver nestas escolas um ensino que cobrisse a formação de técnicos destinados sobretudo ao setor público, tanto administrativo como empresarial, em matérias como o controle orçamental, a gestão de recursos humanos, financeiros e materiais, a organização e o tratamento da informação, entre outros. Orientou-se, assim, estas escolas para a formação de quadros que, na administração e no controle da gestão financeira, pudessem contribuir para conferir aos serviços públicos e às empresas uma eficácia e um dinamismo necessário ao desenvolvimento democrático do país.

O Decreto-Lei nº 327/76, de 6 de maio, visou tanto manter a tradição dos Institutos Comerciais, como pretendeu que as novas escolas continuassem a ser frequentadas por uma grande percentagem de trabalhadores-estudantes que, pelo seu contacto com a vida profissional, pudessem contribuir largamente para que elas guardassem uma orientação realista e correspondente às necessidades nacionais. Esta

orientação não excluiu mas, pelo contrário, impôs uma componente de investigação e de estudos avançados, que desde então se preparou e adaptou a situações futuras.

Apesar de em 1976, de acordo com o Decreto-Lei nº 327/76, os Institutos Superiores de Contabilidade e Administração se definirem como escolas particularmente indicadas para desenvolver uma ligação entre a Universidade e a Administração Pública, em particular, na formação inicial e na reciclagem de funcionários nas matérias técnicas, verifica-se que na atualidade vários autores apontam que a Administração Pública continua desprovida de profissionais altamente qualificados na área da contabilidade.

De acordo com o Decreto-Lei nº 397/77, de 17 de setembro, o Governo quis tomar as medidas adequadas para salvaguardar a qualidade e promoção da melhoria do ensino ministrado nas escolas superiores, tendo em conta condições que a todos garantissem o acesso a este grau de ensino, em função das capacidades e em termos da igualdade de oportunidades.

O mesmo diploma refere que, se por um lado, cumpria ao Governo, de acordo com as necessidades do país, incentivar a formação de técnicos verdadeiramente qualificados, proporcionando às escolas as condições, para tanto, necessárias, foi no entanto, por outro lado, imperativo que fosse limitado o acesso aos cursos em que, face à expectativa de produção de um número excessivo de diplomados, se reconheceu haver o risco de agravamento do desemprego e do subemprego, com os custos económicos e sociais a tal inerentes.

O ensino superior português refletiu, na sua complexidade, a dinâmica da nossa sociedade e a trajetória da nossa vida coletiva ao longo dos anos. As razões de tal facto são naturalmente muitas e variadas, sendo as mais importantes, por um lado, o início da massificação e da democratização do ensino superior e, por outro, a inexistência de estruturas preparadas para dar resposta adequada a estes fenómenos (Arroteia, 2004).

#### **4.1.1 A criação dos *numerus clausus***

No sentido de salvaguardar a qualidade e promover a melhoria do ensino superior, o Decreto-Lei nº 397/77, de 17 de setembro, veio definir quais as condições de acesso a este nível de ensino.

A instabilidade e a incerteza verificada nas instituições de ensino superior após o 25 de Abril, associada a um crescimento exponencial da procura de formação superior, propiciaram as condições para o crescimento do ensino superior privado. A relevância da educação como fator determinante para uma reforma do país, permitiu a todos os cidadãos a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior público e privado e, fez com que a partir de um modelo tendencialmente elitista se operasse uma transição para um sistema de massas (Coimbra, 2006).

Até 1977, de acordo com o Decreto-Lei nº 397/77, o afluxo de estudantes ao ensino superior, verificado independentemente de qualquer processo de avaliação de conhecimentos e capacidades, desorganizou as Universidades e demais estabelecimentos de ensino superior, saturando quase por completo as instalações disponíveis e gerando uma situação não solucionável a curto prazo de carência de pessoal docente devidamente qualificado. Estes condicionalismos impuseram a adoção urgente de soluções que estabelecessem a correspondência entre a capacidade de acolhimento das escolas e a satisfação das necessidades nacionais.

Assim, e enquanto permaneceram em estudo alternativas para uma rápida reformulação do ensino superior, entendeu o Governo dever facultar ao Ministro da Educação e Investigação Científica a possibilidade de regulamentar, quando necessário, o ingresso nos diferentes cursos. Nesse sentido, o Governo decretou, através do Decreto-Lei nº 397/77 que, o Ministro da Educação e Investigação Científica poderia, para cada curso do ensino superior, fixar, por portaria, o número máximo de estudantes a admitir anualmente à matrícula no 1º ano do respetivo curso, sendo que a portaria que fixasse o número de admissões enunciaria as regras da escolha dos candidatos a admitir à matrícula de acordo com critérios que os permitissem graduar.

Estabeleceram-se, assim, as regras de ingresso no ensino superior, mudanças de curso, transferências, matrícula, equivalências, entre outros.

#### **4.1.2 A fixação das vagas no ensino superior**

A massificação do ensino superior propiciada pelo reconhecimento constitucional do direito universal à educação colocou ao Estado português um problema na resposta às necessidades crescentes da população, não só pelos custos

elevados associados a uma expansão da rede pública de ensino, como pelos problemas de qualidade no ensino superior gerados pela descoordenação experimentada no período pós-revolucionário (Coimbra, 2006).

O ensino superior, após as disposições legais condicionantes ao seu acesso - imposição de um número limitado de vagas por curso/estabelecimento -, em vigor desde meados da década de 70, surgiu no imaginário público como um processo de identificação da entrada na Universidade com a passagem «a um club onde só entram os melhores» (Cruz & Cruzeiro, 1995).

A partir do Decreto-Lei nº 327/76, de 6 de maio, que definiu a criação das vagas (*numerus clausus*), foi possível, através das portarias enumeradas em apêndice, a fixação do número máximo de alunos a admitir nos cursos de contabilidade, nas diversas instituições de ensino superior. Neste sentido, tornou-se rotina, fixar anualmente, um número máximo de vagas, visando fazer a correspondência entre a capacidade de acolhimento das instituições e a satisfação da necessidade nacional, quanto à carência de pessoas com qualificações superiores, nomeadamente na área da contabilidade.

Na tabela 4.1.2.1 são apresentados o número total de vagas fixadas por portaria, para os cursos de contabilidade, por cada escola do ensino superior, para o período de estudo.

**Tabela 4.1.2.1 - Vagas fixadas por portaria para os cursos de contabilidade**

Ano	Instituto Politécnico de Bragança					Instituto Politécnico do Porto		IP de Castelo Branco	IP de Portalegre	IP de Setúbal		
	IP da Covilhã	ISCA de Aveiro	ISCA de Coimbra	ISCA de Lisboa	ISCA do Porto	Escola Superior Agrária de Bragança	Escola Superior de Tecnologia e Gestão em Bragança				Escola Superior de Tecnologia e Gestão em Mirandela	Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão de Vila do Conde
1977	60	a)	a)	a)	a)							
1978		60	100	300	220							
1979		70	150	450	220							
1980		70	150	450	220							
1981		70	150	450	220							
1982		70	150	450	220							
1983		70	150	450	220							
1984		70	150	450	220							
1985		70	150	450	220							
1986		70	150	450	220							
1987		75	150	425	250							
1988		90	150	425	250							
1989		125	160	460	280	40						
1990		144	160	480	280	40						
1991		200	160	500	280	40						
1992		200	240	525	280	40					30	
1993		250	240	525	280	40					35	
1994		250	240	400	250	-	50				40	
1995		250	240	360	400	-	50	50			40	90

Fonte de dados: Diários da República (ver apêndice 2)

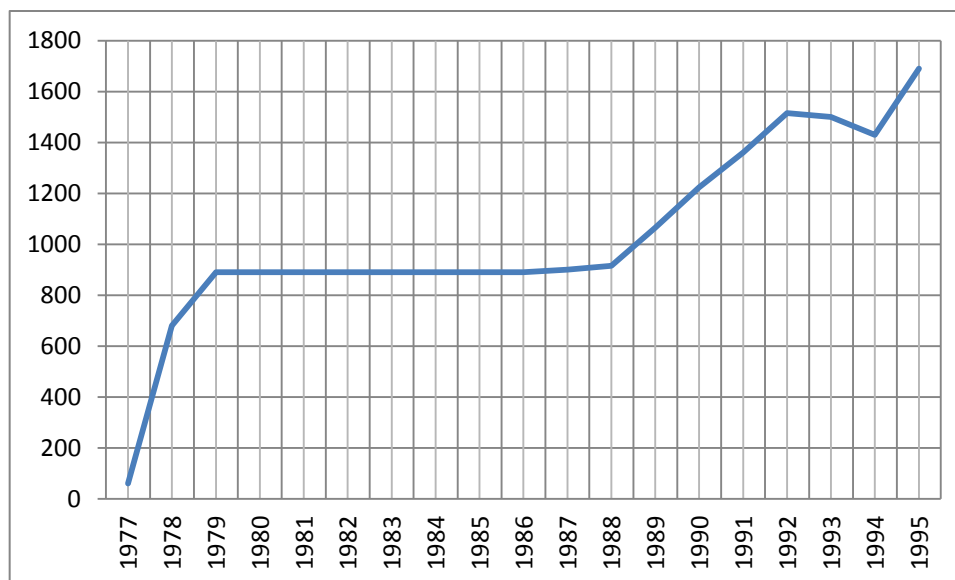
a) A portaria nº 634-A/77 menciona que seria posteriormente fixado o número de candidatos a admitir nos ISCAS, no ano letivo de 1977/78, vagas que não foi possível localizar.

b) De acordo com a DGEES, no ano letivo 1993/94, para ESTG do Instituto Politécnico de Castelo Branco foram fixadas 78 vagas: 40 para o curso de Contabilidade e Gestão Financeira e 38 para o curso de Contabilidade e Gestão de Pessoal.



A figura 4.1.2.1. espelha a evolução do número total de vagas para os cursos de contabilidade ao longo dos anos 1977-1995.

**Figura 4.1.2.1 - Evolução do número de vagas: 1977-1995**



Fonte de dados: Diários da República (ver apêndice 2)

Através da análise efetuada à evolução do número de vagas para os cursos na área da contabilidade, constata-se que entre 1978 e 1988 se registou uma estagnação do número de vagas fixadas. Todavia, o número total de vagas para os referidos cursos aumentou significativamente a partir de 1989.

### **4.1.3 Os cursos de contabilidade no ensino superior**

No quadro 4.1.3.1 são apresentados os dezasseis cursos que incluem, na sua designação a expressão “Contabilidade”, oferecidos no período compreendido entre 1975 e 1995: Administração e Contabilidade; Contabilidade e Administração; Contabilidade e Gestão; Contabilidade e Gestão Financeira; Contabilidade e Gestão de Pessoal; Contabilidade e Contabilidade e Finanças.

### Quadro 4.1.3.1 – Cursos de contabilidade: 1975-1995

Instituição		Curso
IP da Covilhã		Administração e Contabilidade
ISCA de Aveiro		Contabilidade e Administração
ISCA de Coimbra		Contabilidade e Administração
ISCA de Lisboa	Diurno	Contabilidade e Administração
	Noturno	Contabilidade e Administração
ISCA do Porto	Diurno	Contabilidade e Administração
	Noturno	Contabilidade e Administração
IP de Bragança	Escola Superior Agrária de Bragança	Contabilidade e Administração
	Escola Superior de Tecnologia e Gestão em Bragança	Contabilidade e Administração
	Escola Superior de Tecnologia e Gestão em Mirandela	Contabilidade e Administração
IP do Porto	Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão em Vila do Conde	Contabilidade e Gestão
	Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão na Póvoa de Varzim	Contabilidade e Gestão
IP de Castelo Branco	Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Contabilidade e Gestão Financeira
		Contabilidade e Gestão de Pessoal
IP de Portalegre	Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Contabilidade
IP de Setúbal	Escola Superior de Ciências Empresariais	Contabilidade e Finanças

Fonte de dados: Diários da República (ver apêndices 2)

No Instituto Politécnico da Covilhã, convertido, em 1979, em Instituto Universitário da Beira Interior, funcionou o curso de Administração e Contabilidade, tendo, em 1975, recebido os seus primeiros alunos, conforme informação recolhida no seu *site*. Todavia, no ano letivo de 1978/79, não foram fixadas vagas para o referido curso, que deixou de ser ministrado. Este facto deveu-se à baixa afluência de

candidatos, observando-se, nos dados fornecidos pela DGES, a colocação de apenas dois alunos no ano letivo de 1977/78.

Por sua vez, os ISCAs de Aveiro, Coimbra, Lisboa e Porto ministraram o curso de Contabilidade e Administração em exclusivo, desde 1978 até ao ano de 1988.

Mais tarde, no ano letivo de 1989/90, surge o curso de Contabilidade e Administração na Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança, regressou, assim, o ensino superior da Contabilidade ao interior do país. No ano letivo de 1994/95, com a reorganização do Instituto Politécnico de Bragança foi criada a Escola Superior de Tecnologias e Gestão de Bragança e, no ano letivo seguinte, foi criada a Escola Superior de Tecnologias e Gestão de Mirandela. Ambas ministravam o curso de Contabilidade e Administração.

No ano letivo de 1990/91, aparece o curso de Contabilidade e Gestão nas Escolas Superiores de Estudos Industriais e de Gestão do Instituto Politécnico do Porto, em Vila do Conde e na Póvoa de Varzim.

No ano letivo de 1991/92, apareceram os cursos de Contabilidade e Gestão Financeira e de Contabilidade e Gestão de Pessoal, ministrados na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Castelo Branco, em Idanha-a-Nova.

No ano letivo de 1992/93, surgiu o curso de Contabilidade na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Portalegre.

No ano letivo de 1995/96, nasce o curso de Contabilidade e Finanças na Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal.

De salientar que a partir do ano letivo de 1995/96, o ISCAP passou a ministrar o curso de Contabilidade e Administração em regime diurno e em regime noturno, tendo sido fixadas, para cada regime, 280 e 120 vagas, respetivamente. Porém, já no ano letivo de 1992/93, o ISCAL tinha dividido o curso de Contabilidade e Administração em dois regimes: diurno e noturno. Nesse ano letivo, foram fixadas um total de 525 vagas: 400 vagas para o primeiro regime e 125 vagas para o segundo.

#### 4.1.4 As instituições de ensino superior da contabilidade

A tabela 4.1.4.1 enuncia as dez instituições de ensino superior da contabilidade, existentes no período compreendido entre 1975 e 1995. Foram diversos os estabelecimentos de ensino superior a ministrar cursos de contabilidade. Este facto deveu-se, numa primeira fase, ao Decreto-Lei nº 313/75, de 26 de junho, que converteu o ensino médio em ensino superior e numa segunda fase, ao aparecimento de novos cursos noutros institutos politécnicos.

A tabela 4.1.4.1 mostra todas as instituições de ensino superior da contabilidade que lecionaram cursos de contabilidade, independentemente das vagas que passaram a estar fixadas por portaria explanadas na tabela 4.1.2.1.

**Tabela 4.1.4.1 - Instituições de ensino superior da contabilidade**

Ano	IP Covilhã	ISCA Aveiro	ISCA Coimbra	ISCA Lisboa	ISCA Porto	IP Bragança	IP Porto	IP Castelo Branco	IP Portalegre	IP Setúbal
1975	✓	✓	✓	✓	✓					
1976	✓	✓	✓	✓	✓					
1977	✓	✓	✓	✓	✓					
1978		✓	✓	✓	✓					
1979		✓	✓	✓	✓					
1980		✓	✓	✓	✓					
1981		✓	✓	✓	✓					
1982		✓	✓	✓	✓					
1983		✓	✓	✓	✓					
1984		✓	✓	✓	✓					
1985		✓	✓	✓	✓					
1986		✓	✓	✓	✓					
1987		✓	✓	✓	✓					
1988		✓	✓	✓	✓					
1989		✓	✓	✓	✓	✓				
1990		✓	✓	✓	✓	✓	✓			
1991		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		
1992		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
1993		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
1994		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
1995		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓

Assim, facilmente se constata a existência de um monopólio no ensino superior da contabilidade, até 1988, por parte dos ISCA's de Aveiro, Coimbra, Lisboa e Porto, que se encontram localizados no litoral do país. Este facto inibia a frequência do ensino superior da contabilidade, pelos candidatos residentes no interior, pois, para

poderem frequentar aquele nível de ensino, eles teriam que se deslocar para as cidades onde os institutos estavam localizados, o que na época seria muito difícil, em virtude das carências económicas sentidas por grande parte dos agregados familiares (Silva, 2009).

O ensino superior da contabilidade em Portugal deixou de ser monopólio dos ISCAs, passando a ser ministrado também na Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança, a partir do ano letivo de 1989/90. Assim, os alunos residentes nesta zona do interior puderam, a partir de então, frequentar o curso de contabilidade, sem terem de se deslocar para fora da sua zona de residência.

A partir do ano letivo seguinte, 1990/91, o ensino superior da contabilidade foi alargado às Escolas Superiores de Estudos Industriais e de Gestão do Instituto Politécnico do Porto, em Vila do Conde e na Póvoa de Varzim. Ambas as entidades passaram a ministrar o curso de Contabilidade e Gestão. Estas duas escolas, situadas em localidades vizinhas, encontravam-se em situação de concorrência direta.

No ano letivo de 1991/92, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Castelo Branco, em Idanha-a-Nova, passaram a ser ministrados cursos de contabilidade. Esta foi mais uma das localidades do interior do país a acolher o ensino superior da contabilidade. Desta maneira, os alunos oriundos daquela região puderam evitar as deslocações, que até então lhes eram impostas.

No ano letivo seguinte, 1992/93, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Portalegre, surgiu o curso de contabilidade. Assim, este ensino começou a difundir-se no interior do país.

Mais adiante, no ano letivo de 1994/95, com a reorganização do Instituto Politécnico de Bragança, foi criada a Escola Superior de Tecnologias e Gestão de Bragança e no ano letivo seguinte foi criada a Escola Superior de Tecnologias e Gestão de Mirandela. Ambas ministravam o curso de Contabilidade e Administração. Verificou-se, deste modo, a criação de duas escolas concorrentes na mesma zona geográfica.

Por último, no ano letivo de 1995/96, na Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal, foi criado o curso de Contabilidade e Finanças.

#### **4.1.5 A evolução do ensino superior da contabilidade com a adesão de Portugal à CEE**

Em 1986, Portugal aderiu à então designada Comunidade Económica Europeia. Vivia-se naquela época uma fase de alargamento do sistema de ensino superior.

Portugal prosseguiu a adoção de uma política de expansão do ensino superior, tendo em conta os limites máximos de capacidade das instituições e das necessidades do país, procedendo-se à limitação no acesso ao ensino superior (Portaria nº 415/88, de 1 de julho).

Esta medida foi tomada no quadro político geral de expansão do sistema de ensino superior, já iniciada pelo Governo no ano letivo de 1986/87, que aumentou progressivamente o número máximo de vagas, ponderando os limites máximos de capacidade previsível, a curto e médio prazo, das estruturas do ensino superior e as necessidades do desenvolvimento nacional nas suas várias vertentes.

Os efeitos de um crescimento económico mais oscilante exigiram, a partir dos anos 80, uma maior atenção ao funcionamento e à natureza dos cursos ministrados, uma maior ligação ao meio e uma ampla reflexão sobre a qualidade e eficácia do ensino superior (Arroteia, 1996).

No último quarto do século XX o ensino superior da contabilidade teve dois períodos distintos, o primeiro verificou-se entre 1975 e 1988, quando os ISCA's detinham o monopólio daquele ensino, o segundo verificou-se nos anos subsequentes à adesão de Portugal à CEE. Assim, a partir da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, aquele ensino foi alargado a várias escolas, nomeadamente aos Institutos Politécnicos de Bragança, Porto, Castelo Branco, Portalegre e Setúbal.

Na parte final da década de 80, Portugal encontrava-se em expansão económica, o que permitiu a criação de novos cursos nas escolas superiores dos Institutos Politécnicos de Bragança, Porto, Castelo Branco, Portalegre e Setúbal,

passando assim o ensino da contabilidade a ser uma realidade noutras zonas do país, que até então estavam privadas daquele nível de ensino.

## **4.2 A procura pelos cursos de contabilidade**

Apesar da lentidão e conservadorismo em todos os níveis da sociedade portuguesa, houve efetivos progressos em termos educacionais ao nível do ensino Superior. Essa evolução positiva torna-se ainda mais saliente se comparada com a situação vivida no país nos princípios do século XX (Silva, 2009).

O Ministério da Educação (1999) refere que a expansão do Ensino Superior foi, de forma indiscutível, o fenómeno mais marcante da evolução do sistema de ensino. Se para tal concorreram razões que se podem encontrar em outros países, tal como o aumento da escolarização no ensino secundário, ao caso português estão também associadas profundas transformações políticas, económicas e sociais, ocorridas no país, particularmente depois da Revolução de 1974.

### **4.2.1 A procura do ensino superior para os cursos de contabilidade**

O aumento considerável de estudantes no ensino superior não só resultou de um contínuo aumento da procura de educação, mas também das passagens administrativas no ensino secundário em 1974, da entrada em funcionamento de novas Universidades e da transformação das antigas escolas técnicas de ensino médio em escolas de ensino superior (Seixas, 2003).

A assunção básica da ligação direta entre desenvolvimento e fornecimento de ensino superior ficara algo velada pela forte procura deste nível de ensino, à medida que as famílias reconheciam aí uma estratégia crucial de mobilidade social e um importante facilitador na entrada no mercado do trabalho (Magalhães, 2004).

A rapidez da modernização da sociedade portuguesa nas últimas décadas do século XX, acentuada após a integração de Portugal na CEE, influenciou profundamente os padrões demográficos, profissionais e socioeconómicos do país (Silva, 2009).

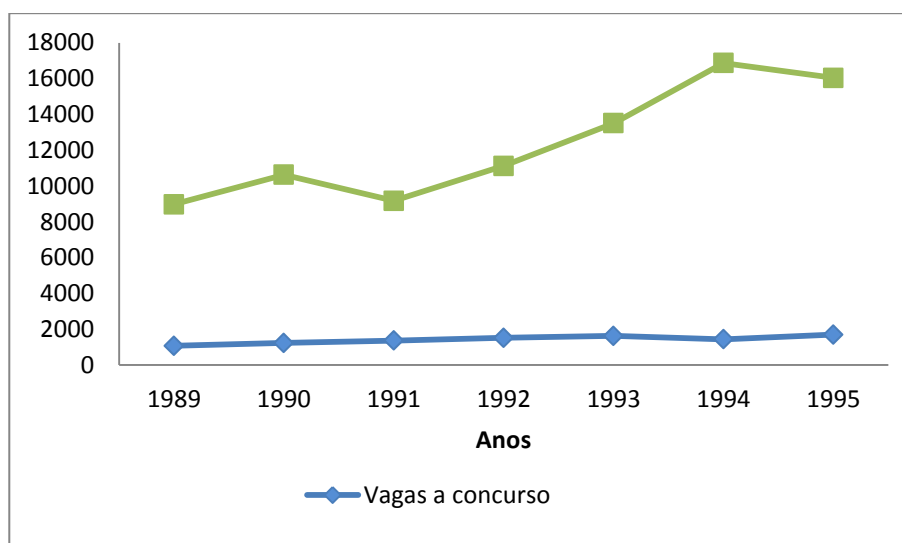
No terceiro quarto do século XX, a duplicação do setor de serviços justificou a procura de novas saídas profissionais. Foi neste clima social que se acentuou o

interesse pelo ensino superior, estimulado pelos sucessivos governos e pelas recomendações internacionais (Silva, 2009).

A partir de 1975, com a conversão do ensino médio em ensino superior, e consequente transformação das antigas escolas técnicas de ensino médio em escolas de formação superior, os cursos de contabilidade passaram a ser procurados por um elevado número de candidatos. O número de vagas disponíveis foi, ao longo dos anos, manifestamente insuficiente para dar resposta à procura.

A figura 4.2.1.1 mostra a evolução do número de candidaturas e do número de vagas a concurso para os cursos de contabilidade entre 1989 e 1995. Para o período de 1975-1988 não foi possível recolher junto da DGES o número de candidaturas, por não ser de fácil acesso e recolha, tal como se explica no ponto 1.2., quando se apresenta o processo metodológico seguido neste trabalho.

**Figura 4.2.1.1 - Candidaturas versus vagas a concurso**



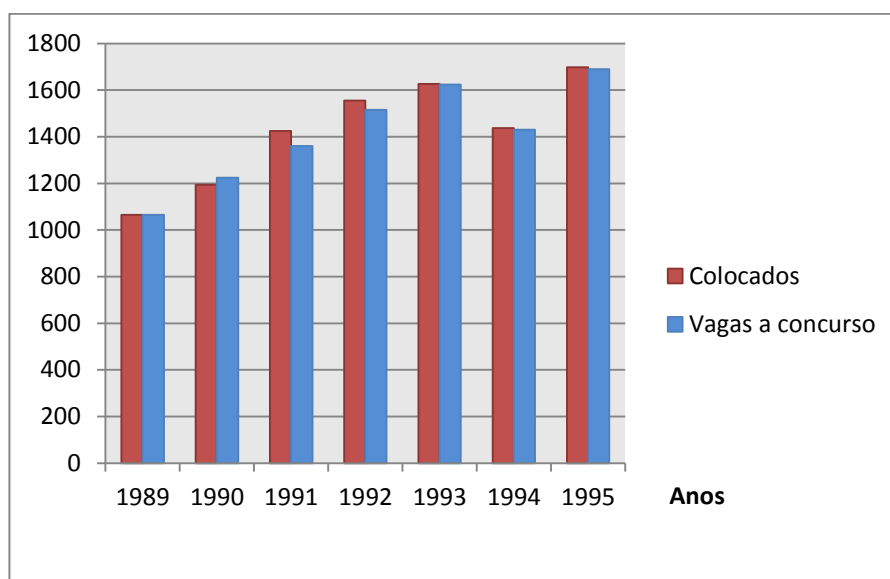
Fonte de dados: DGES

O sistema de acesso ao ensino superior foi posto em causa no ano letivo de 1988/89 e seguintes, quando deixou de haver provas eliminatórias de acesso. O número de candidatos ao ensino superior excedeu largamente as vagas existentes (Silva, 2009).

A figura 4.2.1.2 ilustra o total de vagas a concurso e o número de colocados nos cursos de contabilidade, entre 1989 e 1995.



**Figura 4.2.1.2 - Candidatos colocados versus vagas a concurso**



Fonte de dados: DGES

No geral, verificou-se que o número total de vagas foi completamente preenchido, havendo ainda algumas colocações adicionais. No entanto, em 1990, no curso de Contabilidade e Gestão da Escola Superior de Estudos Industriais do Instituto Politécnico do Porto na Póvoa de Varzim, para 60 vagas a concurso, houve 38 candidaturas e apenas 28 colocações.

A justificação para o facto de somente 28 candidatos terem sido colocados de um universo de 38 candidaturas, para um total de 60 vagas, será não terem nota mínima de acesso ou terem efetuado diversas candidaturas e, por esse facto terem sido colocados noutra escola.

#### **4.2.2 As médias dos colocados nos cursos de ensino superior em contabilidade**

De acordo com Silva (2009), os estudantes escolhem o seu futuro com base em motivações, interesses, capacidades e valores pessoais. Porém, com frequência, esses critérios individuais são confrontados com diversas adversidades, designadamente por classificações de acesso inferiores às requeridas.

A partir do ano letivo de 1977/78, de forma a regular a entrada dos candidatos no ensino superior, foi instituído, a nível nacional, o Ano Propedêutico do ensino

superior oficial, que funcionou na dependência da Direção-Geral do Ensino Superior, pelo Decreto-Lei nº 491/77, de 23 de novembro.

Conforme relata aquele diploma, Portugal, em 1977, era dos países da Europa ainda com escolaridade pré-universitária de apenas onze anos. Enuncia ainda que nesse ano, para acesso ao curso de Contabilidade e Administração, foi fixado um plano de estudos constituído por cinco disciplinas: Língua Portuguesa; duas disciplinas nucleares: Geografia e Matemática; uma disciplina complementar das nucleares; uma disciplina de opção correspondente a uma língua estrangeira.

Mais tarde, em 1985, pela Portaria nº 168/85, de 29 de março, foi aprovado o regulamento do regime geral de candidaturas à matrícula e inscrição em estabelecimento e curso do ensino superior. Regra geral, podiam apresentar-se a concurso os estudantes que não sendo titulares de um curso superior fossem titulares do 12º ano de escolaridade e realizassem com aproveitamento a prova de aferição.

Com o Decreto-Lei nº 354/88, de 12 de outubro, foi criado um novo regime de acesso ao ensino superior, que consistia na realização, por todos os candidatos, de uma prova geral de acesso (PGA).

Os autores do estudo “a PGA e os estudantes ingressados no ensino superior” salientam que a composição da população discente nos diferentes subsistemas do ensino superior era desigualmente marcada pelo sucesso na PGA nas suas trajetórias de acesso a este nível de ensino. Este aspeto era ainda mais significativo se se tivesse em conta a juventude e rápido crescimento nos subsistemas não-universitário e não-público (Cruz, Cruzeiro, Leandro, Matias, & Nunes, 1995).

Em 1992, surgiu um novo diploma, que estabeleceu um novo regime de acesso ao ensino superior. O Decreto-Lei nº 189/92, de 3 de setembro, veio estabelecer as condições de candidatura à frequência de um estabelecimento e um curso de ensino superior aos estudantes titulares do 12º ano de escolaridade e de realização, tanto da prova de aferição, como das provas específicas previstas neste diploma.

A tabela 4.2.2.1 representa a evolução das médias dos alunos colocados, numa escala de 0 a 100, nos cursos de contabilidade lecionados em cada instituição, ao longo dos anos de 1989 a 1995.

**Tabela 4.2.2.1 - Classificações médias dos alunos colocados**

Instituição	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
ISCAA	68,8	73,7	72,4	74,6	41,6	39,3	43,4
ISCAC	69,5	75,0	48,7	59,5	47,8	47,0	52,6
ISCAL (Diurno)	57,0	65,5	65,5	53,8	50,3	45,1	49,3
ISCAL (Noturno)	-	-	-	50,6	37,7	39,3	45,7
ISCAP (Diurno)	71,0	65,9	66,9	55,5	49,6	45,2	50,8
ISCAP (Noturno)	-	-	-	-	-	-	41,5
IPB (E.S. Agrária de Bragança)	60,3	72,7	70,6	70,3	43,6	-	-
IPB (E.S.T.G. de Bragança)	-	-	-	-	-	44,3	45,5
IPB (E.S.T.G. de Mirandela)	-	-	-	-	-	-	44,0
IPP (E.S.E.I.G. – Vila do Conde)	-	60,3	50,7	53,0	47,4	40,5	41,7
IPP (E.S.E.I.G. – Póvoa de Varzim)	-	56,7	51,7	51,2	46,9	40,3	40,1
IPCB (Contab. e Gest. Financeira)	-	-	69,0	72,2	39,2	43,6	41,6
IPCB (Contab. e Gest. de Pessoal)	-	-	64,8	69,8	29,1	42,2	39,7
IP. Portalegre	-	-	-	67,6	38,1	42,5	43,4
IP. Setúbal	-	-	-	-	-	-	40,9

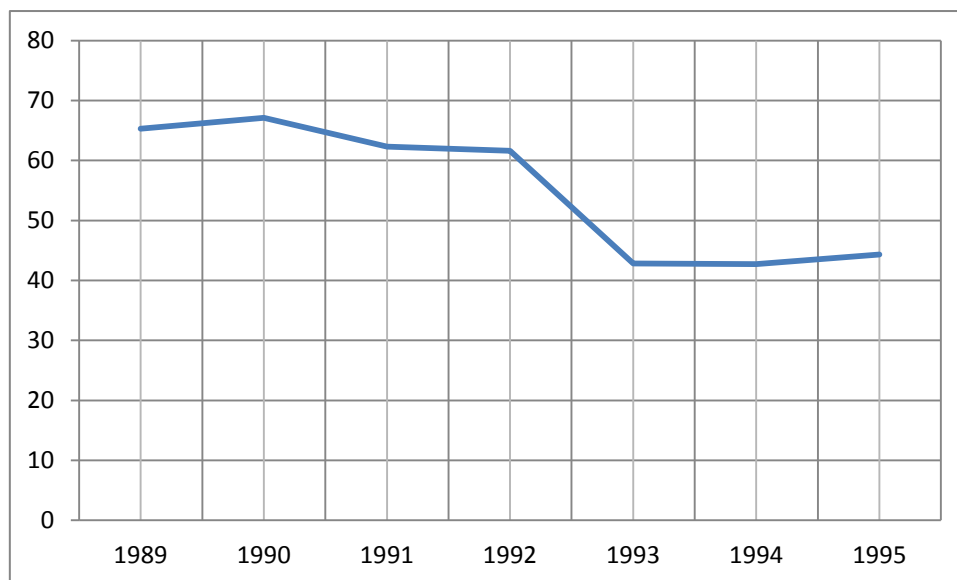
Fonte de dados: DGES

Pela análise da tabela constata-se que entre 1989 e 1995 as médias dos cursos de contabilidade se dividem em dois grupos. O primeiro, entre 1989 e 1992, em que aquelas médias eram positivas. O segundo, a partir de 1993, em que passaram a ser admitidos candidatos com nota negativa nos respetivos cursos, com exceção do ISCAC em 1995, o ISCAL em 1993 e o ISCAP (diurno) em 1995.

Tal facto deve-se ao novo regime de acesso ao ensino superior, introduzido pelo Decreto-Lei nº 189/92, de 3 de setembro, que permitiu aos candidatos a realização tanto da prova de aferição como das provas específicas.

Na figura 4.2.2.1, está representada a evolução das classificações médias de entrada do último colocado nos cursos de contabilidade, entre 1989 e 1995, numa escala de 0 a 100.

**Figura 4.2.2.1 – Evolução das classificações médias: 1989-1995**



Fonte de dados: DGES

É importante salientar que, no período compreendido entre 1989 e 1995, do ano de 1992 para o ano de 1993 se assistiu uma descida acentuada da média, e ainda que a partir 1993, os alunos ingressavam no ensino superior da contabilidade com uma média inferior a 50 por cento, ou seja, com uma média negativa.

Assim, é possível concluir que, no geral, ao longo dos anos, a média de acesso aos cursos de contabilidade desceu significativamente. Pode verificar-se que a média foi máxima no ano de 1990, atingindo os 67,1 por cento; e mínima no ano de 1994, alcançando apenas os 42,7 por cento.

## 5. Conclusões

Com a conversão do ensino médio em ensino superior, Portugal deu um enorme passo no ensino da contabilidade. Esse facto representou um expectável desenvolvimento social e económico para o país. Face aos objetivos delineados no início deste trabalho estes foram globalmente atingidos:

- Apresentaram-se as razões pela quais ocorreu a ascensão do ensino da contabilidade, enquanto curso, ao nível superior - necessidade de contribuir para o desenvolvimento económico de Portugal;
- Identificou-se e acompanhou-se a evolução dos cursos/instituições que forneciam formação superior em contabilidade, colocando em evidência as condições de acesso e qualidade dos colocados, a partir da média do último colocado;
- Mostrou-se que no período analisado, a procura ultrapassou largamente a oferta educativa na área da contabilidade.

Com a realização deste estudo, pode constatar-se que, com exceção do Instituto Politécnico da Covilhã, onde o ensino da contabilidade foi extinto a partir de 1977, os Institutos Superiores de Contabilidade de Aveiro, Coimbra, Lisboa e Porto, enquadrados no contexto socioeconómico e político, difundiram, quase em exclusivo, o ensino da contabilidade, de nível superior, desde o início da década de 70 até meados da década de 80.

A partir do final da década de 80 e até ao ano de 1995, assistiu-se ao alargamento do ensino da contabilidade a outras instituições de ensino superior, designadamente, à Escola Superior Agrária, às Escolas Superiores de Tecnologia e Gestão, em Bragança e em Mirandela, do Instituto Politécnico de Bragança; às Escolas Superiores de Estudos Industriais e de Gestão, em Vila do Conde e na Póvoa de Varzim, do Instituto Politécnico do Porto; à Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Castelo Branco, em Idanha-a-Nova; à Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Portalegre e à Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal. No entanto, os Institutos Superiores de Contabilidade e Administração mantiveram a maior parte da quota de mercado do ensino superior da contabilidade, após o final da década de 80.

As vagas fixadas para os cursos de contabilidade, por portaria, ao longo dos anos, foram sempre em muito maior número para aqueles institutos do que para as restantes escolas. Verificou-se também que o número de vagas atribuídas aos ISCA's, a partir do final da década de 80, aumentou significativamente, ao passo que nas restantes escolas aumentou ligeiramente.

Identificaram-se 16 cursos oferecidos que incluíam, na sua designação, a expressão "Contabilidade", no período compreendido entre 1975 e 1995, sendo eles: Administração e Contabilidade; Contabilidade e Administração; Contabilidade e Gestão; Contabilidade e Gestão Financeira; Contabilidade e Gestão de Pessoal; Contabilidade e Contabilidade e Finanças.

Em relação à procura de cursos de contabilidade, conclui-se que o número de vagas a concurso era manifestamente insuficiente para responder ao elevado número de candidaturas.

## **6. Limitações e pistas para investigação futura**

Este estudo limitou o seu objeto de pesquisa aos cursos cuja designação continha da palavra “Contabilidade”, ficando de fora todos os outros cursos que embora tivessem a disciplina de contabilidade nos seus planos curriculares, não foram considerados, podendo no entanto ser estudados em futuras investigações.

A não obtenção de dados relativos à procura, para o período 1975-1988, deve-se aos recursos financeiros e disponibilidade de tempo de que esta mestranda não poderia dispor.

Em futuros estudos sobre esta temática, sugere-se a realização de investigação que permita apurar qual a evolução da formação académica dos docentes de contabilidade, por um lado. Por outro lado, seria interessante comparar a evolução dos cursos de contabilidade no âmbito do grupo dos cursos de ciências empresariais a que pertence.

## **Apêndices**

### **1. Decretos-Lei que regulamentaram o ensino superior da contabilidade**

Decreto-Lei nº 313/75, de 26 de junho

Decreto-Lei nº 327/76, de 6 de maio

Decreto-Lei nº 397/77, de 17 de setembro

### **2. Portarias que fixaram as vagas para o ensino superior**

Portaria nº 634-A/77, de 4 de outubro

Portaria nº 615/78, de 14 de outubro

Portaria nº 549/79, de 17 de outubro

Portaria nº 578/80, de 6 de setembro

Portaria nº 745/81, de 31 de agosto

Portaria nº 827/82, de 30 de agosto

Portaria nº 837/83, de 17 de agosto

Portaria nº 350-A/84, de 8 de junho

Portaria nº 352-A/85, de 8 de junho

Portaria nº 286-A/86, de 17 de junho

Portaria nº 525/87, de 27 de junho

Portaria nº 415/88, de 1 de julho

Portaria nº 544/89, de 13 de julho

Portaria nº 489/90, de 29 de junho

Portaria nº 528/91, de 12 de junho

Portaria nº 705/92, de 9 de julho

Portaria nº 655-A/93, de 10 de julho

Portaria nº 510/94, de 7 de julho



Portaria nº 912/95, de 18 de julho

## Referências bibliográficas

- Almeida, L. S., Costa, A. R., Alves, F., Gonçalves, P., & Araújo, A. (2012). Expectativas académicas dos alunos do ensino superior: Construção e validação de uma escala de avaliação. *Instituto Superior Politécnico Gaya*, pp 81-82.
- Alves, N., Centeno, M., & Novo, Á. (2010). O investimento em educação em Portugal: Retornos e Heterogeneidade. *Boletim Económico do Banco de Portugal*, pp 9-10.
- Amaral, A., Correia, F., Magalhães, A., Rosa, M. J., Santiago, R., & Teixeira, P. (2000). *O Ensino Superior pela Mão da Economia*. Coimbra: Fundação das Universidades Portuguesas.
- Amorim, J. B. P. d. (1994). *Do ensino Superior*. Tomar: Escola Superior de Tecnologia.
- Arroteia, J. C. (1996). *O Ensino Superior em Portugal*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Arroteia, J. C. (2004). *Da regulação do ensino superior: Contributos* Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Carvalho, R. (2001). *História do ensino em Portugal* (3ª edição ed.). Lisboa: Gulbenkian.
- Coimbra, A. L. S. (2006). *A concretização da "accountability" no ensino superior público português - os perigos de uma instrumentalização da autonomia universitária*. Universidade do Minho, Braga.
- Copetto, M. (2002). *Autonomia Universitária - Enquadramento Histórico, Político e Legislativo*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- Cruz, M. B. d., & Cruzeiro, M. E. (1995). *O desenvolvimento do ensino superior em Portugal: Situação e problemas de acesso*. Lisboa: Departamento de Programação e Gestão Financeira
- Cruz, M. B. d., Cruzeiro, M. E., Leandro, E., Matias, N., & Nunes, J. S. (1995). *O desenvolvimento do ensino superior em Portugal: a PGA e os estudantes ingressados no ensino superior*. Lisboa: Departamento de Programação e Gestão Financeira.
- Guimarães, J. F. d. C. (2007). *Técnicos oficiais de contas: história da profissão e do associativismo: estatuto e código deontológico: contabilidade e fiscalidade: encerramento de contas*. Braga: Vida Económica.
- Guimarães, J. F. d. C. (2009). *A Profissão, as Associações e as Revistas de Contabilidade em Portugal*. Porto: Vida Económica.

- Instituto Politécnico de Bragança. (2013). Apresentação. Acedido a 4 de janeiro de 2013, em <http://esa.ipb.pt/apresentacao.php>
- Instituto Politécnico de Castelo Branco. (2013). História. Acedido a 12 de janeiro de 2013, em <http://www.ipcb.pt/ESG/index.php/historia>
- Instituto Politécnico de Leiria. (2000). *Ensino Superior Politécnico: algumas reflexões (versão preliminar)*. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria.
- Instituto Politécnico de Portalegre (2013). Apresentação. Acedido a 12 de janeiro de 2013, em <http://www.ipportalegre.pt/html1/10%20Polit%C3%A9cnico.aspx>
- Instituto Politécnico do Porto. (2013). Breve Historial. Acedido a 4 de janeiro de 2013, em <https://www.ipp.pt/site/ipp/apresentacao.aspx>
- Instituto Politécnico de Setúbal. (2013). O Instituto Politécnico de Setúbal. Acedido a 12 de janeiro de 2013, em [http://www.ips.pt/ips\\_si/web\\_base.gera\\_pagina?P\\_pagina=25207](http://www.ips.pt/ips_si/web_base.gera_pagina?P_pagina=25207)
- Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro. (2012). História do iscaa. Acedido a 22 de novembro de 2012, em [www.ua.pt/isca/PagelImage.aspx?id=9604](http://www.ua.pt/isca/PagelImage.aspx?id=9604)
- Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra. (2012). Síntese histórica. Acedido a 22 de novembro de 2012, em [www.iscac.pt/index.php?m=3\\_10&lang=PT](http://www.iscac.pt/index.php?m=3_10&lang=PT)
- Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa. (2012). História. Acedido a 22 de novembro de 2012, em [www.iscal.ipl.pt/index.php/isca](http://www.iscal.ipl.pt/index.php/isca)
- Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. (2012). Historial. Acedido a 22 de novembro de 2012, em [www.iscap.pt/site/php/historial.php](http://www.iscap.pt/site/php/historial.php)
- Magalhães, A. M. (2004). *A identidade do ensino superior: política, conhecimento e educação numa época de transição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Major, M. J., & Vieira, R. (2009). *Contabilidade e Controlo de Gestão - Teoria, Metodologia e Prática*. Lisboa: Escolar Editora.
- Martins, S. d. C., Mauritti, R., & Costa, A. F. d. (2005). Condições Socioeconómicas dos Estudantes do Ensino Superior em Portugal. *Direção-Geral do Ensino Superior*, pp 11.
- Ministério da Educação (1971). *Linhas gerais da reforma do ensino superior*: Ministério da Educação.
- Ministério da Educação. (1999). *O Ensino Superior em Portugal*. Lisboa: Direção-Geral do Ensino Superior.

- Neave, G. (2001). *Educación superior: historia política - Estudios comparativos sobre la universidad contemporánea*. Barcelona.
- Neave, G., & Amaral, A. (2012). *Higher education in Portugal 1974-2009: A nation, a generation*. Dordrecht: Springer.
- Pereira, P. A. (2002). O ingresso no ensino superior público estatal: (1990/9991-2001/2002). *Gestão e Desenvolvimento*, pp 232.
- Pinto, E. A. F. (2012). *Transição para o mercado de trabalho dos licenciados da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, Tese de Mestrado em Administração Pública.*, Universidade do Minho, Braga.
- Rodrigues, L. L., Craig, R., & Gomes, D. (2007). State intervention in commercial education: the case of the Portuguese School of Commerce, 1759. *Accounting History*, 12, pp 59-60.
- Saavedra, L., Almeida, L. S., Gonçalves, A., & Soares, A. P. (2004). Pontos de partida, pontos de chegada: Impacto de variáveis sócio-culturais no ingresso ao ensino superior. *Sociedade e cultura* 6, *Cadernos do Noroeste, Série Sociologia*, 22, pp 81.
- Seixas, A. M. (2003). *Políticas Educativas e Ensino Superior em Portugal - A inevitável presença do Estado*. Coimbra: Quarteto.
- Silva, J. M. e. (2009). *Um Projeto em Educação Médica (Vol. I)*. Lisboa: Edições Colibri.
- Simões, J. M. M. (2006). *Gestão do Conhecimento em Instituições de Ensino Superior Público. Estudos das Escolas de Gestão e Economia, Tese de Mestrado em Contabilidade e Administração.*, Universidade do Minho, Braga.
- Stoer, S. R. (1983). A Reforma de Veiga Simão no ensino: projeto de desenvolvimento social ou «disfarce humanista»? *Análise Social*, XIX, pp 793-822.
- Universidade da Beira Interior. (2012). História. Acedido a 22 de novembro de 2012, em [www.ubi.pt/Pagina.aspx?p=História](http://www.ubi.pt/Pagina.aspx?p=História)